

tempo e presença

Publicação do CEDI • Número 200 • Agosto de 1985 • Cr\$ 5.000



REFORMA AGRÁRIA CONTRA A FOME

cartas cartas cartas cartas cartas cartas

Ao CEDI

Quero agradecer pela literatura recebida, tenho sido muito beneficiado pelas informações que ela me tem trazido.

Deus queira abençoá-los no ministério que vem realizando. Entendo que o CEDI, junto com outros órgãos de uma visão madura e ampla no sentido teológico, tem muito a nos ajudar. Principalmente no envolvimento da igreja em questões conflitantes de ordem social e política.

**Alfonso Czapinski,
Curitiba, PR.**

•

Caros amigos,
Envio-lhes uma mensagem: "Fiquem registrado que a voz da justiça não pode mais ser morta por ninguém" (São Romero da América).

**Leocádio Espindola,
Florianópolis, SC.**

•

Ao editor,
Tenho lido a revista "Tempo e Presença" e gostado muito dos artigos publicados.

**Joaquim Alencar Filho,
Ribeirão Pires, SP.**

•

Prezados Irmãos,
Hoje tive a boa surpresa, ao receber o "Jornal Evangélico", da IECLB, de encontrar nele um encarte documentando "Um processo de ataques contra a igreja que nasce do povo", publicado pela revista "Tempo e Presença". Imediatamente li o Documento e me despertou grande interesse.

Estou surpreso com a evolução da própria IECLB em solidarizar-se, por exemplo, com o nosso querido teólogo, Frei Leonardo Boff. Há 15 anos atrás, exatamente, a IECLB estava comprometida com o governo e hoje se mostra solidária com a Justiça. Para mim, realmente uma evolução salutar, e a minha resposta imediata é uma profunda gratidão a Deus, o mínimo que neste momento posso fazer.

**Günter Gaulke,
Viamão, RS.**

•

Prezado editor,
Somos assinantes e esse material do CEDI muito tem nos ajudado no trabalho pastoral e de movimentos.

**Comunidade S. Francisco de Assis,
Carapina, ES.**

Ao CEDI

Recebi e estudei o seu informativo. Fico preocupado com a maneira que aí se pretende dialogar, sempre porém com uma forte dose de animosidade contra a Igreja e os EUA, que dá um forte preconceito e causa uma maneira muito unilateral de se interpretar tudo.

Primeiramente ninguém mandou o Boff calar simplesmente. Ele pode pregar, pode lecionar sobre qualquer assunto afora sobre sua teologia da libertação, isto é, por um tempo limitado de um ano. A qualquer pessoa que foi ferida em certos aspectos, a sabedoria e psicologia aconselham que não é bom discutir logo mas que primeiro se acalme...

Porque, pois, tanto barulho e tanta hostilidade?! Não será simples orgulho ferido?

Porque vocês afirmam que o Papa é contra a teologia da libertação ou que a Igreja seja contra as comunidades de base quando é justamente o contrário?!

Todos queremos que a teologia da libertação se reencontre no conjunto de toda verdadeira teologia e não que se isole. Quem se isola jamais se torna fecundo como vocês pretensamente julgando que o "silêncio" do Boff poderia significar? Uma teologia que não se integra de toda uma tradição dos 2 mil anos seria uma igreja diferente e religião diferente. Se isto que querem porque vão discutir com a Igreja?

Todos nós queremos o homem que assume e isto acontece dentro da sua comunidade que o cerca. Por isso se edificarmos o homem correspondente, as comunidades surgem. Mas sei também com 9 anos de experiência no Paraná, 12 aqui e 8 anos nas periferias de São Paulo, que se não houver antes uma profunda conversão para Cristo que transforma de dentro, comunidade nenhuma vai para frente a não ser por novas imposições e massificação escravizante!

**Roberto Osthimer,
Mairiporã, SP.**

•

À "Tempo e Presença",
Gostaria de obter os números da revista, a partir de janeiro do corrente ano, visto que estamos fazendo um estudo com base nos artigos nela publicados.

Napoleão Reis, Ipatinga, MG.

Caros amigos,
Estou muito contente com o trabalho que vocês vem desenvolvendo.

Gostaria que me remetessem cem folhetos, com o título "Um processo de Ataques Contra a Igreja Que Nasce do Povo", publicado por essa revista, para ser distribuído às lideranças jovens.

**Marcos Fortes, Secretariado
Distrital dos Jovens
Metodistas,
Porto Alegre, RS.**

•

Para o CEDI

Tendo em mãos a sua revista, "Tempo e Presença" nº 186, de setembro de 1983, com referência especial ao artigo "O Ecumenismo" de Tristão de Athayde, tenho me preocupado com as atitudes das seitas, mais especificamente, a chamada **Cruzada**, Igreja do Evangelho Quadrangular, que espalha-se por todos os recantos interioranos até os confins que possamos imaginar, com ritos de expressão carismática e fundamentalista, absorvendo 10% no dízimo mensal dos fiéis, mais as ofertas durante os encontros.

Preocupo-me por isso, não por deboche, mas por ter ali parentes, amigos e muitos outros que sendo mui pobres tentam encontrar ali uma forma de escape que a "vida" com seus problemas, injustiças lhes impõem, saindo conformados, admitindo por fatalidade que são estes os "sinais dos tempos, por obra de Deus", que tem que acontecer mesmo, o importante é a fé e não precisa levantar sequer uma palha. Creio que Reagan, por meio desta e muitas outras vem conseguindo atingir seus objetivos, nas "melhores" intenções de implodir a Teologia da Libertação, formando teólogos doutrinados pela CIA para este fim, o fim de serem lançados ao mundo "terceiro mundo", como sementes que darão "bons frutos".

**Carliano Soares de Siqueira,
São Paulo, SP.**

•

As cartas para a revista "Tempo e Presença" devem ser enviadas, aos cuidados do editor, para o CEDI — Av. Higienópolis, 983 — 01238 — São Paulo — SP.

tempo e presença

**Revista mensal do
CEDI
Número 200
Agosto de 1985**

**CEDI
Centro Ecumênico de
Documentação e Informação**

Rua Cosme Velho, 98, fundos
Telefone: 205-5197
22241 — Rio de Janeiro - RJ

Av. Higienópolis, 983
Telefone: 66-7273
01238 — São Paulo - SP

Conselho Editorial
Aloizio Mercadante Oliva,
Jether Pereira Ramalho,
José Oscar Beozzo,
Rubem Alves,
Zwinglio Mota Dias.

Editores
Dermi Azevedo
José Ricardo Ramalho

Jornalista Responsável
Dermi Azevedo
Reg. Prof. nº 239

Editor Gráfico
Sérgio Alli

Sagarana Editora Ltda.
Av. Nazaré Paulista, 146
Sala 4
05448 — São Paulo — SP

Composição e Impressão
Cia. Editora Joruês

Ilustração de capa:
Selo da Campanha
Nacional pela
Reforma Agrária

Preço do exemplar avulso:
Cr\$ 5.000
Números atrasados:
Cr\$ 4.000

ÍNDICE

Terra

4 REFORMA AGRÁRIA E PÂNICO ARTIFICIAL

Plínio de Arruda Sampaio

6 O PROBLEMA DA FOME NO BRASIL

Associação Brasileira de Reforma Agrária

9 O MOVIMENTO DOS SEM TERRA E A PROPOSTA DE REFORMA AGRÁRIA DO GOVERNO

11 USO E PROPRIEDADE DOS BENS NA PERSPECTIVA DO PENSAMENTO DA IGREJA

D. Aloísio Lorscheider

13 A EMERGÊNCIA DA QUESTÃO AGRÁRIA

Aloysio Nunes Ferreira

16 CPT: DEZ ANOS DE SERVIÇO NO CAMPO

Igrejas

18 EM BUSCA DA TERRA PROMETIDA

João Carlos Oliveri

21 A IECLB E A NOVA REPÚBLICA

África do Sul

22 APARTHEID CONTRA D. PAULO EVARISTO

América Central

23 O JEJUM DO CHANCELER DA NICARÁGUA, PADRE D'ESCOTO
24 AS IGREJAS EVANGÉLICAS DA ALEMANHA E A NICARÁGUA

Constituinte

26 CARTA DOS BRASILEIROS AO PRESIDENTE DA REPÚBLICA E AO CONGRESSO NACIONAL

Livros

28 PERFIL DOS DIRIGENTES SINDICAIS NA GRANDE SÃO PAULO
28 ESSA ESCOLA CHAMADA VIDA

Bíblia Hoje

29 A PLENITUDE DA TERRA
Edin Sued Abumanssur
30 LITURGIA (2)
Rubens Alves

Poema

32 O MAIOR DE TODOS OS MILAGRES
Sérgio de N. T. Braga

Edição número 200

Voltada para a caminhada Igrejas-movimentos populares, na perspectiva da libertação dos empobrecidos, a revista *Tempo e Presença* completa, agora, sua edição número 200. Ainda como boletim do CEI (Centro Evangélico de Informação) — em 28 de março de 1965, no início dos 21 anos de ditadura militar no Brasil — a edição número um partia da perspectiva do ecumenismo, com um editorial intitulado “Um só Senhor” e apelava para a responsabilidade sócio-política transformadora dos cristãos: “Está em ordem a nossa sociedade? Não haverá um chamado urgente até para o sacrifício? Em várias partes do mundo, cristãos (católicos, protestantes e ortodoxos) protestam contra injustiças e proclamam a vontade de Deus para a ordem social”.

Tempo e Presença não veio significar, apenas, o nome da revista. Veio representar a ampliação e o aprofundamento do trabalho do CEDI, nos seus vários programas (a própria revista; Pastoral Protestante; Educação e Escolarização Popular; Movimento Operário e Igrejas no ABC; Povos Indígenas no Brasil; Novas Formas de Ser Igreja; Igreja Popular e Movimento Camponês; Documentação). Nos dez anos de CEDI, em 1984, o bispo Paulo Ayres Mattos referia-se a esta instituição como “organização/comunidade de serviço às igrejas em suas pastorais populares e aos movimentos populares em suas múltiplas manifestações”, atuando “no espaço de intersecção ou cruzamento dessas duas práticas sociais, consideradas como estratégicas na formação e desenvolvimento de processos de mobilização, organização e fortalecimento dos movimentos populares no país”.

Nas suas várias fases, a revista tem procurado ser expressão dessa dinâmica do CEDI e, sobretudo, do processo vivido nas igrejas e movimentos popu-

lares, no Brasil e na América Latina. Chegamos a esta edição número 200 com ânimo renovado para aprofundamento e continuidade dessa experiência, diante dos imensos desafios que se apresentam para todos nós, hoje, aqui e agora.

Nosso tema, nesta adição, é Reforma Agrária e Fome. Duas realidades que se interpenetram. A fome como trágico patrimônio de gerações e gerações de brasileiros, esmagados por um sistema visceralmente injusto e opressor. Estudos do Banco Mundial indicam que, até o ano 2000, nada menos de 42,2% da população brasileira consumirão menos de 400 calorias diárias que a dieta padrão da OMS (Organização Mundial da Saúde). Outros 4,3% da população, estarão com deficiências calóricas de 400 unidades diárias. O Endef (Estudo Nacional da Despesa Familiar) conclui que, do nascimento aos 17 anos, apenas 42% dos brasileiros, em 1974-1975, atingiram os pesos adequados para suas idades. Outro estudo, da Organização Panamericana da Saúde, indica que 60 a 70% das mortes de crianças no grande Recife e na grande São Paulo relacionam-se com quadros de desnutrição.

E a Reforma Agrária como a base para qualquer transformação, em profundidade, nas estruturas sócio-econômicas brasileiras. Uma realidade que é ainda potencial, em termos globais, já que o plano do governo não é, autenticamente, uma Reforma Agrária e já que tudo o que se tem conseguido, nesse sentido, tem sido por iniciativa dos trabalhadores, unidos e organizados.

Neste contexto, ressoa, cada vez mais forte, a palavra de Cristo: “Vim para que todos tenham vida. E vida em plenitude” (Jo, 10,10). Esta vida é negada para os milhões de famintos e de camponeses sem terra.

Reforma Agrária e pânico artificial

O projeto de reforma agrária do governo Sarney merece um apoio lúcido, consciente e condicional. É o que afirma o deputado federal Plínio de Arruda Sampaio (PT-SP) ao analisar o plano oficial e a reação por parte dos latifundiários e do grande capital. Ele alerta os movimentos populares para a necessidade de resistir ao pânico artificial, montado pelas forças anti-povo e de exigir a concretização das medidas, anunciadas pelo governo.

Plínio de Arruda Sampaio

De Reforma Agrária se fala há muito tempo. Até o Patriarca da nossa Independência já se preocupava com o assunto. Mas, na verdade, só no começo da década de sessenta é que a questão chegou a ser incluída na agenda política do país.

Naquela época, as forças pró-reforma eram fracas demais para enfrentar os poderosos interesses entrenchados atrás da atual estrutura da propriedade da terra. Por isso mesmo, estes setores não tiveram dificuldade em montar uma campanha publicitária muito bem orquestrada com a finalidade de criar pânico entre os produtores agrícolas. Iludidos por essa hábil campanha, pequenos e médios proprietários rurais, pequenos comerciantes e industriais, amplos setores de classe média — todos segmentos sociais que só tinham a lucrar com a Reforma Agrária — cerraram fileiras com os grandes latifundiários e especuladores de terras, formando um bloco anti-reforma, literalmente imbatível. O golpe de 64 selou a derrota da proposta e o congelamento do assunto.

O curioso é que esse “congelamento” deu-se na prática, porque, no plano jurídico, uma das primeiras preocupações do governo militar foi a de editar uma lei de reforma agrária. Para explicar esta contradição — editar uma lei e congelar sua aplicação — pode-se

formular duas hipóteses: uma, a de que o novo regime, na falta de uma avaliação exata acerca da penetração da campanha da reforma agrária entre a população rural, resolveu dar “uma satisfação” a essa massa, a fim de se fortalecer politicamente; outra, a de que a idéia de realizar uma reforma agrária, a fim de abrir caminho para uma rápida modernização capitalista do campo, foi abandonada pela pressão dos grupos que, já em 1965, sobrepujaram o grupo “catelista” dentro da aliança de forças políticas que sustentavam o novo regime.

Por A ou por B, o fato é que a questão foi “congelada” e o governo enveredou pelo caminho da “modernização sem reforma estrutural”. Para tanto, colocou-se à disposição das autoridades agrícolas uma quantidade de recursos financeiros que estas jamais haviam visto. Isto permitiu a montagem de um sistema nacional de pesquisa, crédito e assistência técnica que, se está longe de ser adequado, representa, contudo, avanço enorme em relação à situação pré-64. Quais os re-

sultados dessa política de “modernização conservadora”? Alguns são positivos: por exemplo, o espantoso crescimento da produção de soja. Mas, não foi só a soja. Os índices obtidos com a cana, a citricultura, o café e, mais recentemente, o feijão, são também significativos.

A produção agrícola cresceu, as exportações aumentaram; a agricultura capitalizou-se aceleradamente e a produtividade de algumas culturas elevou-se de modo exponencial. Mas, o preço dessa “modernização conservadora”, foi elevadíssimo: a propriedade da terra, que já estava extremamente concentrada em 1964, concentrou-se ainda mais; as unidades agrícolas tradicionais, não alcançadas pela onda modernizadora, desintegraram-se, provocando a intensificação do processo migratório e, com isto, o agravamento dos conflitos entre “grileiros” e posseiros e entre posseiros e indígenas; a produção de alimentos — especialmente de alimentos que são consumidos pelos grupos urbanos de baixa renda — ressentiu-se, de modo que a disponibilidade intensa desses produtos diminuiu, na década, em termos “per capita”; a pobreza rural; os aumentos de produtividade observados em algumas culturas foram neutralizados pelos declínios verificados em outras.

Desse modo, após vinte anos de aplicação da política de “modernização sem reforma estrutural”, um estudo da FAO constatou a existência, em 1980, de 3.300.000 famílias rurais, abaixo da “linha da pobreza absoluta”. Por essas razões, tão logo o Brasil se democratizou, a reforma agrária voltou à baila. Isto porque os líderes mais lúcidos das forças que foram ao poder, sabem muito bem que não há forma de reduzir o ritmo vertiginoso da migração campo-cidade; de produzir alimento bastante e barato para a população urbana e rural; de deter a escalada da violência nas cidades e no campo; de criar emprego para todos, enquanto não se modificar a tradicional estrutu-



Foto: Mariela Mafai

ra de distribuição da propriedade da terra. Mas, bastou o governo lançar, através do MIRAD/INCRA, uma proposta concreta de reforma agrária para que os porta-vozes do latifúndio e da "grilagem" voltassem a encenar a farsa de 1964, procurando criar o pânico entre os produtores rurais.

As forças favoráveis à reforma precisavam aprender a lição de 64 e não cair no jogo dessa gente. Mediante provocações verbais, notícias falsas; declarações dramáticas, os latifundiários e "grileiros" pretendem criar um clima emocional tenso, que gere, em todo mundo, uma sensação de insegurança. Se isto vier a ocorrer, as forças pró-reforma ficarão isoladas e isto bastará para "congelar" o assunto por outros vinte anos.

Qual o jeito de neutralizar esse jogo? Revidar os ataques com a verdade. O projeto do governo não visa eliminar a propriedade privada da terra, mas, tão somente, distribuí-la mais equitativamente, a fim de evitar, por um lado, que um pequeno grupo tenha tanta terra que possa se dar ao luxo de mantê-la parada e, por outro lado, que milhões de trabalhadores rurais vivam na miséria por falta de terra para cultivar.

A proposta de reforma agrária baseia-se literalmente na lei proposta e promulgada pelo general Castelo Branco, ou seja, por alguém que derrubou um regime constitucional e assumiu o po-

der pela força, única e exclusivamente para garantir a vigência do capitalismo no Brasil.

O pequeno e o médio proprietário não serão atingidos. Antes se deverá ajudá-los com crédito, assistência técnica e preços mínimos. O grande, que explora sua terra e cumpre a legislação trabalhista, não está na mira do INCRA. A reforma vai atrás da terra ociosa.

Pode-se até questionar a eficácia de um processo de reforma assim tão limitado, mas o que não tem mesmo o mais mínimo cabimento é querer fazer crer que tal processo constitui algo apressado (afinal a lei tem vinte anos de idade!), radical, destinado a eliminar a propriedade da terra! Isto é ridículo.

Portanto, desta vez, não vamos cair na armadilha de discutir em tese a reforma agrária ideal, mas trazer a discussão para o exame do moderado projeto do governo. Se esse projeto é assim tão moderado, porque as forças populares o estão aceitando e apoiando?

Porque vinte anos de ditadura, de repressão, de tortura, nos ensinaram que "o ótimo é inimigo do bom"; que, em política, faz-se o que é possível e não o que se deseja; que os avanços políticos dependem da correlação de forças; que nenhum grupo social consegue obter mais do que aquilo que suas



forças permitem. Na avaliação que as forças populares fazem do atual quadro político, a proposta do governo constitui um avanço. Permite "descongelar" a questão da reforma agrária e, por isso, decidiram apoiá-la. Fique claro que esse apoio não implica em renúncia à própria visão a respeito da maneira adequada de organizar a sociedade e o mundo rural. Trata-se de um apoio lúcido, consciente e condicional, ou seja, condicionado ao cumprimento rigoroso do que foi proposto por parte do governo.

Se for possível manter a unidade das forças populares em torno dessa linha tática e se o governo mantiver sua palavra de apoiar a proposta do MIRAD/INCRA, será possível neutralizar o "terrorismo" psicológico dos latifundiários e avançar um passo na construção de um Brasil mais democrático e mais justo.

Plínio de Arruda Sampaio assume, neste mês, a cadeira de deputado federal do PT, na Câmara, substituindo o deputado Eduardo Suplicy, candidato a Prefeito de São Paulo.



Foto Célio Apolinário

O problema da fome no Brasil

Em países pobres, não se pode combater a crise com a recessão, pois o resultado é, infalivelmente, a ampliação da miséria e da fome. É o que afirma o documento da ABRA (Associação Brasileira de Reforma Agrária) apresentado na Assembléia Mundial da Alimentação, promovida pela FAO e reunida em Roma, de 11 a 15 de novembro do ano passado. Muito pouco divulgado no Brasil, esse documento continua atual, no tratamento que dá à questão da fome, em nosso país, aliada ao agravamento da questão agrária. O advento da chamada "Nova República" não significou uma alteração, mesmo incipiente, no quadro gerador da desnutrição em massa.

Associação Brasileira de Reforma Agrária

Em nenhum momento anterior de sua história, a fome abateu-se de forma tão violenta, profunda e genera-

lizada sobre o povo de nosso País como nos dias de hoje. A imprevidência e o descaso governamentais, diante de seis anos de seca no Nordeste, deixaram um saldo de 3,5 milhões de mortos. Entre os sobreviventes, muitos carregarão, para sempre, sob a forma de cegueira, atrofia muscular e deformações ósseas, as marcas desta triste época. Mas não é apenas no Nordeste e nas áreas mais pobres do País que a fome atinge os brasileiros. Em algumas localidades do município de São Paulo — onde se concentra a maior parte da riqueza e da opulência da Nação — um inquérito recente encontrou uma incidência de 80% de anemia ferropriva em crianças menores de 5 anos. Chamamos a atenção de todos para que a brutalidade da tragédia nordestina não ofusque o escândalo que é o crescimento incessante da fome ali mesmo onde é criada a maior parte da riqueza agrícola e industrial do País, is-

to é, nas áreas de seu maior dinamismo econômico.

AMPLIAÇÃO DA MISÉRIA E DA FOME

A completa capitulação do governo brasileiro diante das determinações dos banqueiros internacionais, através do FMI, contribuiu decisivamente para a formação deste quadro macabro. Com uma inflação superior a 220% ao ano e uma dívida externa que supera a casa dos US\$ 100 bilhões, o País foi submetido a uma terapia de choque que absolutamente não leva em conta os interesses da maior parte da sociedade. Limitação das importações, redução deliberada do crescimento econômico, declínio dos subsídios a produtos alimentares e todo apoio às exportações são alguns dos ingredientes desta política que, se por um lado, gerou grandes excedentes em dólares capazes de remunerar a agiotagem internacional, por outro lançou à mais negra miséria um exército de mais de 6 milhões de desempregados só nos centros metropolitanos. Na medida mesmo em que o essencial da riqueza nacional deve voltar-se ao pagamento dos juros da dívida externa, o governo nem cogitou de qualquer política de proteção aos desempregados, seja sob a forma de seguro-desemprego, ou bônus-alimentação. Em países pobres - eis uma lição importante a se extrair de nossa experiência - não se pode combater a crise com recessão, pois o resultado é infalivelmente a ampliação da miséria e da fome.

A fome brasileira dos dias de hoje não é, porém, apenas o produto da recessão. Ela é, isto sim, o resultado mais revelador do que ocorre com um país pobre quando este se abre inteiramente ao domínio das multinacionais e quando a meta do crescimento econômico é perseguida sem que se leve em consideração a satisfação das necessidades sociais. Com efeito, segundo os indicadores econômicos convencionais, o Brasil teve um desempenho invejável nos últimos vinte anos. O Produto Interno Bruto que era de US\$ 67 bilhões em 1960 passa para US\$ 274 bilhões em 1980. O PIB por habitante salta de US\$ 952 para US\$ 2.302, entre 1960 e 1980, e o Brasil transforma-se na oitava potência econômica do mundo capitalista, concentrando nada menos que um quarto de todo o parque industrial dos países pobres.



A POPULAÇÃO FAMINTA AUMENTOU

O saldo social deste crescimento econômico, entretanto, dificilmente poderia ser mais negativo. Em 1962, antes do golpe militar que implantou o regime de 1964, um inquérito alimentar de caráter nacional revelava que, na época, 38% dos brasileiros apresentavam um consumo de calorias inferior a suas necessidades básicas. Em 1974, somente dez anos após o golpe, o total de brasileiros subalimentados subia a 67% da população. O número de habitantes cresceu 50% entre o início dos anos 1960 e meados da década de 1970. Já a população faminta aumentou, em termos absolutos, 150%. É importante sublinhar que, em 1974, a economia encontrava-se em expansão e no Nordeste chovia. Isto quer dizer que mesmo nas épocas de crescimento acelerado - e não apenas na recessão - a quantidade de brasileiros famintos já era impressionante. O que nos leva é claro, a colocar em questão alguns dos traços básicos deste crescimento econômico:

a) **Concentração da renda.** Sob o pretexto de que era necessário primeira-

mente promover o crescimento do bolo para só então dividi-lo, o governo militar, através do arrocho salarial e da precariedade de seus investimentos sociais, promoveu uma impressionante transferência de recursos das faixas mais pobres para as mais ricas da população. Segundo dados do Banco Mundial, o Brasil ingressou nos anos 1980 como o campeão internacional de concentração de renda. Um estudo recente mostra que dos 85 milhões de brasileiros que vivem nas cidades, os 8% mais ricos absorvem nada menos que 62% de todo o consumo urbano.

b) **Desnacionalização generalizada da economia.** Esta concentração acelerada de renda foi uma das formas que o regime encontrou para estruturar dentro do País um mercado dinâmico, embora minoritário, para os produtos fabricados pelas multinacionais: eletrodomésticos, automóveis, gêneros alimentícios sofisticados. São ramos onde o capital estrangeiro detém maioria e com os quais uma minoria da população gasta a maior parte da renda nacional. Um exemplo desta situação: num país em que a esmagadora maioria das crianças não toma leite, a in-



dústria de laticínios tem o essencial de seus lucros na venda de derivados dos do produto (iogurtes, "potinhos", etc.) para as classes de alta renda.

c) **Prioridade para a agricultura de exportação.** A abertura da economia ao exterior fez com que a meta prioritária do governo brasileiro para a agricultura fosse a geração de dólares. Toda ênfase foi dada a produtos prioritariamente exportáveis, em detrimento daqueles gêneros voltados ao abastecimento do mercado interno, que vêm ano a ano declinar sua oferta. O resultado é que o preço dos produtos alimentares básicos tem subido ainda mais que a inflação, penalizando particularmente as faixas mais pobres da população que gastam só com alimentos mais de metade de suas rendas. O Brasil chega aos anos 1980 com um duplo e significativo recorde. É o quarto exportador mundial de alimentos e o

PRA' CONSEGUIR
NOSSA PRIMEIRA
FAZENDA MELI
PAI LIQUIDOU
TODOS OS
INDIOS QUE
MORAVAM
NELA!



PRA' CONSEGUIR
NOSSA SEGUNDA
FAZENDA TIVE
DE SUBORNAR
O CARTÓRIO,
FALSIFICAR
TÍTULOS,
COMPRAR
TODO
MUNDO!



PRA CONSEGUIR
NOSSA TERCEIRA
FAZENDA TIVE
DE ME ALIAR A
UMA MULTI-
NACIONAL,
PEITAR ADVOGADOS
E PISTOLEIROS
GRILAR TERRAS
LIQUIDAR
POSSEIROS!



AGORA VEM ESSES
SEM TERRA ASSIM
NA MAIOR E
INVADEM MINHAS
FAZENDAS!



ISSO É
CONTRA A
LEI, PÔXA!

anelson

sexto país em população gravemente desnutrida depois da Índia, Indonésia, Bangladesh, Paquistão e Filipinas.

d) **Concentração das terras e do progresso técnico.** A recusa do governo brasileiro em aplicar a legislação existente sobre reforma agrária e seu apoio à formação e à ampliação das grandes propriedades teve por consequência o agravamento do secular problema da concentração das terras em nosso País. Os imóveis com mais de 10.000 hectares - a maior parte dos quais deixados ao abandono e à especulação - concentram um quarto de toda a nossa área cadastrada, ao mesmo tempo em que milhões de famílias são obrigadas a deixarem o campo por não conseguirem um pedaço de chão para trabalhar. É bem verdade que os meios químico e mecânicos à disposição da agricultura ampliaram-se consideravelmente o que permitir uma significativa elevação na produtividade do trabalho agrícola. Tal avanço porém concentrou-se socialmente entre os grandes e médios agricultores, geograficamente marginalizou quase totalmente o Nordeste e voltou-se fundamentalmente para os produtos de exportação e os energéticos como a cana-de-açúcar. Como resultado desta política assistimos a um declínio impressionante da pequena agricultura familiar que é justamente a maior responsável pela produção alimentar no País. Só nos anos 1970, o êxodo rural no Brasil atingiu cerca de 17 milhões de indivíduos, que se transformaram de pequenos produtores de alimentos em consumidores de baixíssima renda.

PELA DEMOCRACIA

A supressão sistemática das liberdades públicas e o emprego permanente da repressão foram os principais meios que o regime encontrou para levar adiante esta política anti-nacional e anti-social. A própria crise em que se encontra o País e o regime fez com que uma abertura política comece a se esboçar mais recentemente, sem que, porém, as conquistas democráticas básicas que a sociedade brasileira almeja tenham sido alcançadas. Queremos aqui denunciar, em particular, a violência de que têm sido vítimas os trabalhadores rurais e seus aliados. Centenas de trabalhadores rurais, dirigentes sindicais e advogados foram mortos desde 1980 pela polícia privada do latifúndio, sem que, até agora, sequer um só caso tenha sido apurado pela Justiça. Só no segundo semestre de 1984, as mortes em conflitos no campo somam a 46 casos.



Foto: Marietela Matei

O povo brasileiro não tem sofrido de maneira passiva a política da ditadura. Greves eclodem ano a ano na cidade como no campo. As ocupações de terras improdutivas dos latifundiários e do Estado vêm crescendo. Os encontros e congressos de trabalhadores mostram o amadurecimento de sua organização. E a campanha pelas eleições diretas para presidente da República, que levou milhões de brasileiros às ruas, ainda que não tenha atingido seu objetivo, deixou patente o total isolamento do regime e o desejo da maioria dos brasileiros por uma sociedade democrática.

PARA ACABAR COM A FOME

Como se pode ver, é imenso o déficit social acumulado nos últimos vinte anos. A satisfação das necessidades do povo exigirá muita luta e não virá automaticamente com a eventual retomada do crescimento econômico. Para que o Povo brasileiro possa desfrutar de uma alimentação à altura daquilo que seu trabalho e os recursos de seus países podem lhe propiciar, são necessárias, ao menos, a nosso ver, as seguintes transformações básicas:

a) Plena conquista da democracia política, o que inclui não só as eleições diretas para presidente da República, mas também a total liberdade de organização sindical e partidária, o fim de todas as leis de exceção, a valorização das organizações de base, o imediato fim da violência contra os trabalhadores e a apuração em Justiça das responsabilidades pelos crimes que continuam sendo cometidos.

b) Suspensão do pagamento da dívida externa durante um determinado período e renegociação de seus termos de forma a que a sociedade brasileira possa imprimir à economia um rumo de desenvolvimento no qual o atendimento às necessidades sociais básicas - alimentação, saúde, habitação, educação - seja o prioritário.

c) Fim do arrocho salarial e política de ganhos salariais reais para as classes de baixa renda.

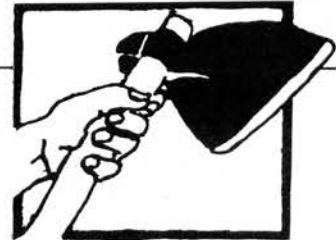
d) Reforma agrária ampla, massiva e imediata, e fim do parasitismo latifundiário que atualmente caracteriza nossa agricultura.

e) Política agrícola - particularmente de crédito, preços e de pesquisa - voltada prioritariamente a produtos alimentares básicos e ao fortalecimento dos pequenos produtores.

f) Política de emergência diante do desemprego de inclua, não só o seguro-desemprego e o fornecimento de bônus-alimentação a famílias mais carentes, como também a valorização e apoio à organização dos desempregados.

O que é escandaloso, na fome brasileira, hoje, é sobretudo o contraste entre o sofrimento imposto ao povo e as enormes potencialidades que o País possui para alimentar de maneira adequada os brasileiros. Nós acreditamos na possibilidade de um Brasil sem fome e lutamos por isso. A conquista desta meta tem como pressupostos básicos a conquista da democracia e com ela que nossa economia se volte fundamentalmente para o atendimento das necessidades do povo.

O Movimento dos Sem Terra e a proposta de Reforma Agrária do governo



Lutar contra o esvaziamento do Plano Nacional de Reforma Agrária, diante das manobras dos latifundiários e da proximidade do ano eleitoral de 1986, é uma das propostas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, diante da questão fundiária brasileira. Em sua última reunião, em São Paulo, o Movimento decidiu denunciar a desestabilização do programa governamental, que considera modesto.

A Executiva Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, reunida em São Paulo, nos dias 1.º e 2 de junho de 1985, decidiu vir a público denunciar a ação organizada de pessoas ou grupos ligados ao setor rural com o objetivo de desestabilizar e esvaziar a proposta do Plano Nacional de Reforma Agrária, apresentado, dia 27 de maio, no Congresso Nacional, pelo Ministério da Reforma e Desenvol-

vimento Agrário. A elaboração da proposta contou com a participação de todos os setores interessados, inclusive os trabalhadores sem terra, através de seu movimento.

Para os sem terra, este PNRA é modesto e deveria ser aplicado já há 21 anos, quando da elaboração do Estatuto da Terra. Ao apresentar esse PNRA, o governo nada mais faz do que cumprir o que determina a legislação e, mais do que isto, tentar por um fim à injusta estrutura agrária brasileira, responsável pelo inchamento de nossas cidades e pela fome do nosso povo. Dar terra a quem nela trabalha, é cumprir a lei.

Consideramos modesto este Plano quando nos deparamos com a meta de assentar um milhão e 450 mil famílias até 1989. Modesto porque, somente no Estado do Paraná, existem 200 mil famílias de agricultores sem terra. Em Santa Catarina, onde duas mil famílias

ocuparam, recentemente, áreas improdutivas (portanto prioritárias para fins de Reforma Agrária) existem aproximadamente 130 mil famílias na condição de sem terra. Assentar somente estas duas mil famílias não resolve o problema fundiário neste estado. E, no Brasil, o total de agricultores sem terra ultrapassa a 12 milhões de trabalhadores.

ÁREAS PRIORITÁRIAS

O Movimento dos Agricultores Sem Terra considera aceitáveis, como prioritárias, para fins de Reforma Agrária, as áreas estabelecidas no PNRA e que fazem parte de suas reivindicações. Como as áreas com ocorrências de obras públicas (proposta pelo Movimento dos Sem Terra de São Paulo que exige a desapropriação das margens do rio Tietê para o assentamento de lavradores sem terra) e também as áreas com incidência de grande número de trabalhadores rurais sem terra ou com



Foto: Maristela Mafei

pouca terra, arrendatários, parceiros, posseiros, minifundistas e assalariados, que caracteriza a situação fundiária de vários estados brasileiros (proposta apresentada pelo Movimento dos Sem Terra do Mato Grosso do Sul).

No entanto, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra apóia a proposta da Igreja no Brasil de desapropriar latifúndios, sejam produtivos ou improdutivos e o estabelecimento de um módulo máximo para as propriedades rurais, a fim de conter a concentração da propriedade da terra. Os Sem Terra entendem que a terra tem por função, além de produzir alimentos, o pressuposto básico da injustiça social. Todo o latifúndio, por mais produtivo que seja, é concentrador e, por isso, gera problema social.

TITULAÇÃO DE TERRAS

No PNRA, consta apenas que "a forma de titulação será familiar ou comunitária". O Movimento dos Sem Terra apresentou sua proposta que pede propriedade definitiva para famílias ou grupos, com restrição à venda por 15 anos e, também, concessão de uso por famílias ou grupos. Com estas medidas, se garantiria a permanência na terra daqueles patrícios beneficiados com a Reforma Agrária. Portanto, o Movimento considera vaga esta titulação definida no PNRA.

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

Os Sem Terra apoiam a política de regularização fundiária existente no PNRA. É elogiável a iniciativa de rever todas as licitações de terras públicas feitas pelos governos anteriores e, se houver irregularidades, que as mesmas sejam confiscadas e ainda a suspensão de toda a titulação nas áreas de colonização acima de um módulo máximo da região. Estas duas sugestões foram apresentadas ao ministro Nelson Ribeiro pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

RECURSOS

Para suprir os recursos necessários à aplicação do Plano, o Movimento dos Sem Terra exige a cobrança da dívida total de todos os devedores do Imposto Territorial Rural (ITR). O Plano prevê apenas a cobrança dos dois mil maiores devedores. Se a cobrança for total, e não parcial como o governo quer, seriam arrecadados aos cofres públicos cerca de dois trilhões, suficientes para implantar algumas etapas do PNRA.

ÁREAS INDÍGENAS

O Movimento dos Sem Terra exige a



Foto: Marietela Matei

demarcação e o levantamento dos problemas e o imediato assentamento de todos os posseiros envolvidos nestas mesmas áreas. Com estas medidas, seria evitado o derramamento de sangue decorrente dos conflitos entre índios e posseiros. O Plano não deixa clara a solução para os posseiros.

PRIORIDADES

Dentre todas as etapas e propostas do PNRA, o Movimento dos Sem Terra considera, como medidas urgentes a serem tomadas, a solução de todos os conflitos sociais existentes, a solução dos problemas dos projetos de assentamento já realizados e a viabilização destes, a regularização e solução dos problemas nas áreas destinadas à colonização e a suspensão da política de colonização.

A par das boas intenções do Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário, o Movimento dos Agricultores Sem Terra alerta os brasileiros para possíveis medidas e atitudes que possam por em dúvida a aplicação do PNRA, das quais as principais são as seguintes: a) garantir a imediata liberação dos recursos destinados à aplicação da primeira etapa do Plano que

prevê o assentamento de 100 mil famílias no biênio 85/86. São 525 bilhões, assim divididos: Cr\$ 262 bilhões de Finsocial, Cr\$ 131 bilhões do Proterra e 132 bilhões do Tesouro Nacional. Setores que manipulam esta verba, são, hoje, controlados por pessoas ligadas ao latifúndio e podem bloquear a sua liberação. Além destes aspectos, o Movimento dos Sem Terra considera irrisória esta quantia a ser aplicada num plano tão amplo como esse da Reforma Agrária, se levarmos em conta que, somente para o reerguimento do Banco Sulbrasileiro, foi liberada a quantia de 900 bilhões.

b) Se o governo quer, realmente, fazer a Reforma Agrária, deve começar a desapropriar o mais rápido possível. Isto porque muitos proprietários de latifúndios improdutivos declararam o Imposto Territorial Rural abaixo de seu real valor e as desapropriações serão feitas com base no próprio ITR declarado. Para o ano que vem, é esperado um aumento considerável no pagamento do ITR, o que, por sua vez, elevará o preço da desapropriação e, conseqüentemente, da Reforma Agrária.

c) O Movimento dos Sem Terra alerta, ainda, sobre um possível boicote dos funcionários do INCRA — 10 mil — contratados nos governos anteriores. Muitos desses funcionários estão comprometidos com as forças latifundiárias e, em alguns casos, houve enriquecimento ilícito devido à má utilização da verba do órgão. Estes funcionários que cometeram irregularidades poderão atrasar e, até mesmo, evitar processos de desapropriação de proprietários influentes.

d) Por fim, o Movimento dos Sem Terra alerta que o ano eleitoral de 1986 que se avizinha não seja motivo para freiar a aplicação do PNRA. Que temas político sejam tratados com a atenção que mereçam, mas sem interferir nas metas de desapropriação e assentamentos. Por todo esse quadro de pressões, surgido após a apresentação do PNRA, onde as forças contrárias à Reforma Agrária mostraram até que ponto estão dispostas a ir, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra conclama a união de todas as forças pró-Reforma Agrária para garantir que esse PNRA não sofra um esvaziamento durante esse período de 30 dias em que está aberto para discussões e sugestões. E, mais do que isso, que seja posto na prática, o mais breve possível.

Uso e propriedade dos bens na perspectiva do pensamento da Igreja



A palavra propriedade nem devia ser usada, porque, em termos práticos, nada é próprio nosso. É o que diz o cardeal Aloisio Lorscheider ao refletir, neste artigo, sobre a questão da propriedade, na visão da Igreja. A partir de uma constatação — a mentalidade vigente, de caráter privatista, a respeito dos bens — ele diz que o ter é algo sempre relativo e que, na verdade, somos administradores da grande propriedade que Deus nos dá, como herança, uma idéia riquíssima na Sagrada Escritura.

Dom Aloisio Lorscheider

Vamos refletir um pouco sobre a propriedade no pensamento da Igreja. O conceito de propriedade, é claro, não se refere só à terra. Ele vai um pouco mais longe. Este conceito começou a ser elaborado pela Igreja nos seus documentos oficiais, a partir da revolução industrial, no século passado. A questão da terra não foi, portanto, a primeira questão que apareceu nos documentos oficiais da Igreja.

O primeiro grande documento foi a Rerum Novarum, encíclica de Leão 13 que apareceu no dia 15 de maio de 1891. Esta é uma encíclica que fala das novidades que estavam aparecendo e que traziam problemas novos, tais como o relacionamento entre o patrão e os operários nas fábricas, o relacionamento entre capital e trabalho.

Quarenta anos depois, o papa Pio 11, também no dia 15 de maio de 1931, lançou um novo documento para comemorar o 40º aniversário da Rerum Novarum. Nessa época, houve no mundo uma grande recessão econômica, uma crise como a nossa atual, muita usura, exploração e, naturalmente, muito enriquecimento ilícito.

Pio 12, no dia 1º de junho de 1941, fez uma alocução comemorando o quinquagésimo aniversário da Rerum Novarum. O problema da propriedade é focalizado, bem como a destinação universal dos bens. Os documentos anteriores insistiram muito sobre a propriedade privada, particular, como direito natural e deixava sentir um pouco

a função social da propriedade, mas, talvez, não suficientemente. Foi só em 1961, no 70º aniversário da Rerum Novarum, que o papa João 23 tratou, pela primeira vez, o problema da terra.

Aquí, no Brasil, os bispos nos deram dois documentos que são de muita importância para nós. Um, Igreja e Problemas da Terra, documento que foi aprovado pela 18ª Assembléia da CNBB, em 1980, em Itaici. Nele, os bispos consideram a problemática da terra. Em 1982, os bispos nos deram Solo Urbano e Ação Pastoral. Estes dois documentos procuram aplicar à nossa situação brasileira a questão da propriedade.

Alguns princípios são afirmados nos documentos da Igreja sobre a propriedade. Em primeiro lugar: o acesso de todos à propriedade é uma condição indispensável de liberdade e criatividade do homem. O poder de propriedade é uma condição indispensável para o homem ser livre e também ter criatividade. Para ele não ser um anônimo e não ser massificado. A propriedade deve ser uma expressão da personalidade humana.

Desde a Rerum Novarum, de Leão 13, que a Igreja proclama que a propriedade particular e pessoal é, para o homem, um direito natural. Como diz Pue-

bla, ela faz parte de um dos direitos fundamentais e individuais da pessoa. Portanto, é um direito fundamental da pessoa humana este acesso à propriedade.

O segundo princípio importante: a propriedade não é um direito absoluto e intocável. Quer dizer, existe o direito particular e pessoal. Ele é até uma condição indispensável para a gente se sentir mais livre. Mas toda propriedade particular não é algo absoluto, não é um bem intocável. Nós vamos explicar isso. Há um outro direito. Qual é este outro direito? Há um direito ao uso comum.

Isto significa que tudo que existe foi, no Plano de Deus, colocado à disposição de todos nós e deve servir a todos nós. E nós, criaturas humanas, devemos organizar de tal jeito que isto sirva a todos nós! O direito à propriedade particular está subordinado a um outro direito que é o direito ao uso comum, o direito à destinação universal dos bens. Os bens são destinados por Deus a todos. Os bens e as riquezas do mundo, por sua natureza e origem, segundo a vontade do Criador, são para servir efetivamente a todos os homens e povos.

Isto significa que a cada um compete um direito primário e fundamental.



Foto: Lourdes Maria Grzybowski

Direito primário é o primeiro direito. Direito básico. É absolutamente inviolável. Devemos usar solidariamente esses bens, na medida em que nós temos necessidade para realizar dignamente a nossa pessoa. Esse princípio quer dizer o seguinte: ao direito particular de propriedade precede outro direito, o direito ao uso comum das coisas. É por isso que o papa João Paulo 2º disse, em Puebla, aquela palavra muito forte: sobre toda a propriedade privada pesa uma hipoteca social. O papa fala sobre a necessidade de ver a organização da propriedade e também da terra. O papa diz que não dá para se ter um critério único. Há muitas situações diversas, em vários países e até em cada região.

As leis civis já estão mais que ultrapassadas nesse sentido. A mentalidade que está por trás é a de fazer dinheiro. Só se pensa hoje em fazer mais e

mais dinheiro. Nota-se toda uma mentalidade que precisa ser mudada a respeito do uso e posse dos bens. A palavra propriedade nem devia ser usada, porque, praticamente, nada é próprio nosso. Nós usamos e possuímos aquilo de que temos necessidade. Devemos possuir os bens de tal forma que não percamos de vista as necessidades dos outros.

Os Santos Padres e outros escritores dizem que o supérfluo é do outro, não me pertence. Nós precisamos ter presente, no uso dos bens, que o princípio fundamental não é a propriedade privada. Infelizmente, vigora, no coração da nossa gente, o princípio contrário à divisão dos bens. O próprio 10º mandamento é muito interpretado nessa linha. Não roubar, não cobiçar as coisas alheias. A gente esquece que

concentrar os bens, acumular, é um roubo constante. Acumulando, estou concentrando bens dos quais eu não tenho necessidade, estou roubando dos outros.

A nossa sociedade está organizada dentro desse roubo. É um roubo constante que acontece em toda parte, até mesmo dentro da Igreja. Nós estamos metidos nesse sistema. Nenhum de nós escapa. Às vezes, achamos que os outros é que são culpados. Estamos dentro de um sistema que é infernal, contrário ao plano original de Deus. O plano de Deus é que nós nos expressemos numa comunidade fraterna, uma comunidade servicial. Nós estamos uns a serviço dos outros. E somos irmãos entre nós. Na Sagrada Escritura, quando se fala do uso da propriedade, sempre está por trás a comunidade.

Falamos de terra liberta e de como deve ser o seu uso e sua posse. Mais uma vez insisto: a palavra propriedade, em si, é uma palavra errada. Nada do que existe, é próprio de ninguém. Nós só temos uso e posse como gerentes, administradores. Nada mais. Como pessoas humanas, cada um tem as suas necessidades. Temos que nos completar. O nosso ser, como é um ser imperfeito, não é completo, tem que ser completado pelo ter. Nós não podemos viver sem o ter. Mas esse ter não pode ser absoluto. Ele é um ter sempre relativo, que tem relação com as carências do nosso ser e do ser do outro. Tenho que ver não só aquilo que me falta, mas também o que falta ao outro. Nós administramos os bens, mas não somos os seus donos. O dono mesmo é Deus. Nós dizemos: Tu só, o Senhor. Único dono, único proprietário é Deus.

Todos nós participamos desta grande propriedade que Deus nos dá como herança. A idéia de herança é uma idéia riquíssima na Sagrada Escritura. O que nós temos é herança do Pai e sempre precisamos transmitir uns aos outros esta herança. Temos uma responsabilidade para com a terra, ameaçada de morte. Estamos dentro de uma política de desenvolvimento que contradiz a necessidade de conservação do planeta que nos foi dado por Deus como herança. Procuramos sempre um desenvolvimento quantitativo e não qualitativo e estamos destruindo todas as riquezas que estão no universo. Envenenamos o ar, a fauna e a flora. Deus colocou tudo isso nas nossas mãos. Somos, portanto, os gestores dos bens recebidos.

D. Aloisio Lorscheider, franciscano, é cardeal-arcebispo de Fortaleza (CE) e membro do conselho do Sínodo dos Bispos, em Roma.

Bispos apóiam a Reforma Agrária

“Sem reforma agrária, não haverá, neste país, verdadeira paz”. É o que afirma a “Nota de Apoio à Reforma Agrária”, divulgada, dia 19 de julho passado, em Aparecida (SP), por 98 bispos brasileiros. Eis a nota:

Bispos, católicos, provenientes de todas as regiões do Brasil, participando em Aparecida, do XI Congresso Eucarístico Nacional que trata de fome, sentimo-nos levados a falar ao povo e às autoridades, em sintonia com os mais vivos anseios de milhões de brasileiros, espalhados por todas as nossas paróquias e comunidades eclesiais de base.

Em oração, no Santuário Nacional de Maria, diante de Deus, aos pés de Jesus Cristo na Eucaristia, lamentando profundamente que, por egoísmo e má distribuição da terra, neste imenso e querido Brasil, milhões de famílias passem fome, rogamos, confiantes, ao Senhor: “Pão para quem tem fome”.

Reafirmamos a necessidade e urgência de uma Reforma Agrária, justa, ampla, pacífica e corajosa, conforme os documentos da CNBB — “Igreja e Problema da Terra” e “Nordeste: desafio à ação pastoral da Igreja no Brasil”.

Apoiamos unidos a execução imediata do projeto de Reforma Agrária do Governo Federal, em cumprimento do Estatuto da Terra, ainda de 1964, através do Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário, saldando compromisso assumido, em praça pública, com o povo brasileiro e superando resistências infundadas.

Conclamamos confiadamente todos os brasileiros ao diálogo objetivo e sereno, em torno da implantação da reforma agrária, a fim de cumprirmos o desígnio de Deus e vencer em nosso país a ganância, a opressão e a violência.

Insistimos, a partir de valores éticos e religiosos, como justiça social e solidariedade fraterna, em que, sem reforma agrária, não haverá, neste país, verdadeira paz.

Acreditamos que a reforma agrária acompanhada de política agrícola adequada e de outras indispensáveis medidas complementares, será também excelente saída, tanto para a crise política, econômica e social que vivemos, como para a fome vergonhosa que padece a maioria de nossa gente. Pois, por descentralizar a propriedade, a renda e o poder, firmará a nossa democracia. Aumentará a produtividade e a oferta de alimentos para o consumo interno, baixando a inflação e o custo de vida. Proporcionará mais empregos e evitará o êxodo rural. Impedirá as invasões precipitadas no campo, a inchação das cidades, diminuindo a violência urbana. Remediará a própria recessão, ampliando o mercado consumidor interno.

Suplicando ao Cristo, Pão vivo descido do céu, que a ninguém falte o pão na terra, rogamos, por intercessão de Nossa Senhora Aparecida, Padroeira do Brasil, as mais abundantes bênçãos para o povo brasileiro a fim também de entenderem todos que a terra é de Deus, que a criou, para uso e benefício de toda humanidade: “Terra de Deus, terra de irmãos”.



A emergência da questão agrária

Aloysio Nunes Ferreira

Com a democratização do país passou a ser inevitável a emergência, em toda a sua dramaticidade, da nossa **questão agrária**. Felizmente foi o próprio Estado, que pretende refazer os vínculos com a sociedade, que tomou a dianteira, através do **1º Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA)**, para propor a discussão sobre a democratização de nossa estrutura fundiária, de modo a tornar viável o projeto político de extensão da plena cidadania a todos os nossos patrícios.

Mal se anuncia, porém, através de um documento denominado **"proposta para elaboração"** do 1º PNRA, que se pretende "colocar em uso milhões de hectares de terras agriculturáveis mantidos como reserva de valor" que já se ouve, dos quatro cantos do país, o coro dos interesses mais reacionários se elevar e falar grosso, procurando intimidar, ameaçando levar a conflagração ao campo brasileiro. Os latifundiários sentem que, com a democracia, chegou a hora de acertarem contas com a história, e que a era de intocabilidade de seus privilégios terminou.

A democracia não é apenas a realização de eleições, o funcionamento do Parlamento, a independência entre os

poderes. Ela é, essencialmente, o regime político que assegura os direitos das grandes maiorias, que propicia a melhoria das condições de vida dos trabalhadores. Este conteúdo social do regime democrático é indissociável de sua forma representativa, isto é, é fundamental que o consenso se estabeleça em torno das plataformas políticas que visam às grandes transformações sociais. Consenso, obviamente, não quer dizer unanimidade e, por isso, não há de ser a grita dos latifundiários que haverá de intimidar a sociedade, convidada pelo governo a discutir amplamente o PNRA.

Os números apresentados pelo governo, que atestam a iniquidade de nossa estrutura fundiária, falam mais alto ainda do que a voz tonitroante dos que se postam na defesa de privilégios seculares. Assim, não pode haver democracia em um país onde os estabelecimentos rurais com área igual ou superior a 1.000 hectares representavam, em 1980, 1% do total de propriedades rurais e, aproximadamente, 45% da área total. Em 1984, já açambarcavam 58,3% da superfície total dos imóveis rurais do país ao passo que os imóveis com menos de 100 hectares haviam caído de 18,7% em 1967, para 14%.

No mesmo ano de 1984, constatou-se que 342 proprietários latifundiários controlavam uma área de 47,5 milhões de hectares, área que superava em 5 milhões de hectares o total de terras em poder de 2,5 milhões de minifundistas no país. Além disso, constatou-se a existência de 10,6 milhões de trabalhadores rurais sem terra ao lado de 409 milhões de hectares apropriados como latifúndios com cerca de 41% da área aproveitável não explorada, sendo que 12 anos antes a área aproveitável não explorada nesses imóveis rurais, limitava-se a 25%.

Portanto, não só tem havido concentração da propriedade da terra como vem sendo ela, constantemente, destinada a constituir estoques especulativos ao passo em que se acumula a miséria no campo. O resultado só poderia ser, como tem sido, o aumento da violência nos conflitos pela terra. É o que revela a seguinte tabela:

Ano	Conflitos	Número
1971	109	20
1976	126	31
1981	896	91
1984	950	180

FONTE: ABRA, CONTAG, CPT

Para que se tenha uma noção da gravidade da situação, basta lembrar que, nos anos mais negros da ditadura militar, as forças da repressão chegaram a eliminar cerca de 70 combatentes da luta armada. Sabemos o trauma nacional que aquele processo político provocou, mas quando se trata da eliminação de trabalhadores rurais sem terra, em luta contra jagunços a serviços dos latifundiários, o bloqueio de informação é tão grande que parece que essa chacina está se dando em outro país que não o Brasil de todos nós.

Pois bem: é chegada a hora de colocar um basta nesta situação. Nós, que logramos, através da persistente e incansável luta de 20 anos, colocar fim a um regime fundado na violência e no arbítrio, também encontraremos os caminhos para a emancipação dos trabalhadores rurais. Saberemos acumular forças e realizar a reforma agrária democrática e progressista que o país requer.

O objetivo atual da proposta do governo é beneficiar 10.640.000 trabalhadores rurais. Para tanto, pretende assentar 7.100.000 trabalhadores, entre 1985 e o ano 2.000, em 409,55 milhões de hectares incluídos em propriedades latifundiárias e mais 71,7 milhões de hectares pertencentes à União (terras devolutas). Nas terras públicas será feita a **colonização**, nas terras de domínio privado, a **reforma agrária**; são políticas distintas mas com objetivos semelhantes, isto é, concretizar o acesso do homem à terra com a finalidade de assegurar-lhe a condição essencial ao trabalho e à produção.

No tocante à identificação das áreas prioritárias para a reforma agrária, estão sendo considerados os seguintes fatores:

- incidência de conflitos pela posse da terra;
- incidência do complexo latifúndio/minifúndio;
- incidência de latifúndios próximos aos grandes centros urbanos ou áreas densamente povoadas, que estejam em vias de serem transformados em loteamentos imobiliários especulativos;
- ocorrência de obras públicas tais como açudes, barragens, ou uso atual inadequado de bacias irrigáveis face à potencialidade de sua função social;
- existência de infra-estrutura viária, de produção, armazenamento, comercialização e equipamentos sociais;
- aptidão das terras.

Tais critérios, além de justos, são

necessários para que a reforma se dê de modo democrático. Além disso, espera-se que eles sejam discutidos amplamente pela sociedade. Diz o PNRA da Nova República: "O Congresso Nacional deverá ser uma caixa de ressonância do amplo debate que se estabelecerá no país, em torno da Reforma Agrária. Para ele deverão convergir muitas das propostas a serem formuladas pelos sindicatos e movimentos dos trabalhadores rurais e urbanos, bem como os pleitos das entidades patronais, as reivindicações de organizações civis e religiosas que atuam no campo, as análises dos estudiosos e as opiniões dos partidos políticos" (pg. 26). Mais adiante, diz o documento que a "Reforma Agrária, como programa prioritário do Governo, implicará numa ação articulada a nível de todo o Governo Federal, bem como dos Governos Estaduais e Municipais. Para tanto, requerer-se-á um comprometimento de todos os organismos que tenham ou venham a ter relação com os resultados esperados" (pg. 47).

O Legislativo está, portanto, imerso no processo de discussão sobre a Reforma Agrária. Processo que repute democrático, amplo e aberto. Após ter feito uma síntese dos objetivos gerais do PNRA, gostaria de passar a considerações de ordem pessoal, procurando contribuir para situar a discussão em termos elevados e em sintonia com os objetivos históricos dos trabalhadores brasileiros.

Neste sentido, não contribui para a democracia o tom de ameaça que vem assumindo o discurso dos proprietários rurais que são contrários ao projeto governamental. O presidente da So-

ciiedade Rural Brasileira, Sr. Flávio Teles de Menezes, por exemplo, considerou "**inaceitável**" o PNRA. Segundo ele, uma reforma agrária só poderia ser aceitável se no bojo de uma política agrícola mais ampla, com apoio decidido do governo à modernização da agricultura através de créditos, financiamentos e mecanismos de comercialização.

É uma maneira de tergiversar. Esquece-se o Presidente da Sociedade Rural Brasileira que uma **opção política** já foi feita, e que esta opção está claramente expressa no documento, aprovado pelo Presidente da República, intitulado **Diretrizes Gerais de Política Econômica**. Nele se lê: "Todas as ações no setor agrícola, inclusive os projetos de reforma agrária, deverão ter como prioridade as formas de apoio ao pequeno produtor. Trata-se de garantir (...) a transição de um padrão de crescimento extensivo — através da incorporação de novas fronteiras, para um padrão intensivo, fundamentado numa estrutura fundiária mais equitativa e no aumento da produtividade" (pg. 27).

Como se vê, a **política agrícola** mudou de rumo. E com isso não se conforma o Presidente da Sociedade Rural Brasileira: de agora em diante o crédito, os financiamentos, a comercialização terão como foco prioritário o pequeno produtor — não mais o latifundiário.

E como se formam os latifúndios neste país? Todos se recordam, dos tempos de escola, que as sesmarias só eram concedidas por El Rei aos chamados "homens bons" ou "homens de cabedal". Aqueles senhores de gran-



Foto: Maristela Matei

des extensões de terra logo se transformaram em "donos de gado e gente". Este padrão, através do qual o Estado propiciou a concentração da propriedade da terra, vigorou até recentemente sob o regime militar. Só mudam as personagens e o território.

Os "homens de cabedal" passam a ser os donos de grandes empresas nacionais e multinacionais, as terras já não eram mais o sertão bravo, mas as matas do Pará, Mato Grosso, Maranhão. Assim os bancos e conglomerados econômicos sediados no sul do país tornaram-se, graças a incentivos fiscais e facilidades várias, grandes proprietários latifundiários nas fronteiras agrícolas do país. Pretendia-se desse modo, segundo o pensamento conservador dos teóricos do regime, estabelecer-se a competitividade entre os produtores rurais através do reforçamento do setor exportador. O latifundiário passou a ser visto como "grande empresário rural" e, sob esse novo título, a ser condecorado como redentor de nossa economia na antesala dos gabinetes oficiais.

Recomendo ao Sr. Flávio Teles de Menezes, e todos aqueles que defendem incondicionalmente o latifúndio, a leitura do livro do brasileiro Joe Foweraker, intitulado **The Struggle for Land: a Political Economy of the Pioneer Frontier in Brazil from 1930 to the Present Day** (Cambridge University Press, 1981), onde são analisadas em detalhes as articulações entre o estado autoritário e a política de concentração da propriedade fundiária nas fronteiras agrícolas que foram abertas nos últimos anos sob o incentivo dos dinheiros públicos. Na verdade foi o próprio Estado que buscou este padrão de "acumulação primitiva" a favor dos grandes grupos econômicos. Acumulação primitiva, isto é, a expropriação do pequeno agricultor através da transferência do produto de seu trabalho (desmatamento, roçados, benfeitorias etc.) para as mãos dos grandes latifundiários. Hoje, o governo se propõe a reverter esse processo, priorizando o pequeno produtor.

Não faltam, porém, os que acusam o projeto de reforma agrária de "comunizante", "coletivista" e cerceador da iniciativa privada. Nada mais tolo.

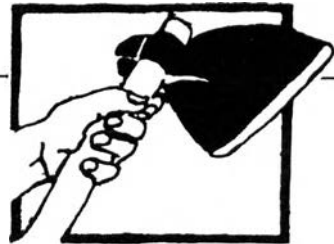
Trata-se de uma reforma de cunho nitidamente capitalista. Se a União paga o imóvel desapropriado por interesse social, se, na forma da lei (isto é, do **Estatuto da Terra**, que é a Lei n.º 4.504, de 30/11/64), indeniza seu proprietário, é porque reconhece o primado da propriedade privada da terra. Mais que is-

so, a referida lei **obriga** a União a repassar o imóvel a **outro proprietário privado**, agora segundo um plano de exploração racional da terra. O que há de "comunizante" nisso, a não ser a má fé ou ignorância dos que levantam este argumento contra a luta pela Reforma Agrária?

Mais do que isso, a Lei diz que a indenização deve ser feita em **Títulos de Dívida Agrária**, com cláusula de garantia contra a desvalorização da moeda, além de juros, sendo que se pagará pela terra o "preço justo". O INCRA entende que o preço justo é aquele que consta das declarações voluntárias dos proprietários para fim de cadastramento junto ao órgão. Mas os proprietários, para fugirem à tributação, quase sempre declaram abaixo do valor de mercado. Na hora da desapropriação, querem receber pelo valor de mercado. Apesar disso, apesar da evasão fiscal que estas declarações de má fé acarretam, não raro o Judiciário tem aceito a reivindicação dos proprietários e determinado que o pagamento seja feito pelo valor de mercado. Ou seja, **em nada têm sido lesados os proprietários de terra no tocante a seu patrimônio** — apenas a desapropriação termina com o **poder de monopólio** que exercem sobre enormes parcelas de terra, subtraindo-as ao emprego produtivo, impedindo a "riqueza da Nação", como diria parodiando Adam Smith.

A democracia no campo há de significar a possibilidade de acesso à terra para quem quer sobre ela trabalhar e produzir. A terra, como dizem os economistas, é o "objeto geral sobre o qual versa o trabalho humano". Ela em si não possui valor, este é agregado à terra através do trabalho; tal valor pode ser apropriado pelo produtor direto, se ele é o pequeno proprietário, ou segundo a lógica das trocas mercantis na sociedade capitalista. O que o capitalismo não pode admitir — e nunca admitiu na história — é que o seu desenvolvimento seja entravado pela monopolização dos solos por aqueles não interessados em explorá-los economicamente.

Hoje não é só a lógica do capitalismo que exige a incorporação ao sistema produtivo daqueles 41% de área aproveitável não exploradas nos 409 milhões de hectares apropriados como latifúndios. Trata-se de um imperativo de ordem social, destinado a beneficiar 7,1 milhões de trabalhadores sem terra que, de outra maneira, migrariam para as grandes cidades, tornando-as praticamente ingovernáveis, pressionando por novos e massivos investi-



mentos sociais que elevam a cada dia o custo de reprodução das cidades a patamares cada vez mais inatingíveis pelo poder público.

A democracia no campo é, portanto, um aspecto crucial para a democracia também nas cidades, para que se possa saldar os **déficits sociais** que separam as periferias das áreas nobres das metrópoles.

Assim, há que se reconhecer que está em curso uma luta árdua em prol da extensão da cidadania plena ao homem do campo. Acabamos de conquistar, através de decisão histórica do Congresso Nacional, o direito de voto para o analfabeto. Agora está em questão o direito de acesso à terra, ou seja, o direito ao próprio trabalho em condições compatíveis com a dignidade humana.

Uma democracia, todos sabemos, não é compatível com as condições de vida e trabalho dos "bóias-frias". É necessário acabar com o bóia-fria e todos os mecanismos de super-exploração do trabalhador rural e, para isto, a única via é a Reforma Agrária, que inverta a tendência secular do desenvolvimento rural no Brasil, que se deu através da concentração de terras e capitais.

Não se pretende, como fica óbvio para quem tenha se dado ao trabalho de ler o PNRA, a ruptura do padrão capitalista. Pretende-se, sim, a geração de maior riqueza e uma melhor utilização da mão-de-obra rural, aumentando a produtividade, fixando o homem à terra e evitando, assim, a pressão desastrosa que o êxodo rural exerce sobre a infra-estrutura de serviços das grandes metrópoles.

Pretende-se inverter o sentido do desenvolvimento econômico, permitindo a apropriação de seus ganhos pelo trabalhador direto. Por essa via, ampliar-se-á o mercado interno beneficiando-se também a indústria e seus trabalhadores.

Trata-se, pois, da luta por novas formas de repartição da riqueza, da "distribuição da renda" como se diz usualmente. Esta é uma bandeira central do movimento democrático brasileiro e de seu partido, o PMDB.

Aloysio Nunes Ferreira é deputado estadual, líder do PMDB na Assembléia Legislativa de São Paulo.

CPT: dez anos de serviço no campo

Ao celebrar seus dez anos, a CPT (Comissão Pastoral da Terra) continuará a acompanhar o movimento autônomo dos trabalhadores rurais — em nome do Evangelho do Senhor — para que as conquistas da cidadania, da liberdade e da vida, sejam um sinal de que o Reino do Senhor está se espalhando no campo. A mensagem é do padre Mário Alighieri, do secretariado nacional da CPT, que realiza, neste mês, sua assembleia dos dez anos, em Goiânia.

Mário Alighieri

A CPT, organismo ligado a CNBB, faz dez anos de vida. Nasceu em 1975 para interligar, assessorar e dinamizar os que trabalham pastoralmente em favor do homem do campo. A injusta distribuição de terra, invasão violenta de propriedades, ambigüidades da política agrária oficial, o processo de migrações forçadas, a urbanização, e mais outros graves problemas, justificaram a criação e o funcionamento de uma Comissão Pastoral da Terra.

A Comissão Representativa da CNBB reconheceu a validade de sua existência e atuação e lhe manifestou o seu apoio na reunião de outubro de 1976, indicando-lhe o seguinte objetivo: a) um estudo concreto das diversas situações para uma adequada solução das mesmas; b) preparação de Agentes de Pastoral da Terra, que conheçam as leis vigentes e encaminhem as soluções adequadas.

E para estas finalidades: a) a CPT dê atenção especial ao problema das migrações; b) haja uma colaboração com outras Igrejas e entidades engajadas na resolução destes problemas; c) aprofunde o estudo sobre os efeitos do "modelo econômico brasileiro" e suas influências nesta problemática; d) estude e divulgue os problemas específicos de áreas particulares; e) pregue e divulgue uma versão popular das leis da terra. (Comunicado mensal - CNBB - outubro 1976 - pag. 984-985). Fiel a este

mandato, a CPT acompanhou o Movimento dos Trabalhadores na conquista da terra e de seus direitos fundamentais. Não foi trabalho fácil.

SITUAÇÃO ESTARRECEDORA

A situação atual do campo é estarrecida. A política do Governo anterior, através do Ministério dos Assuntos Fundiários, do GETAT, GEBAM, INCRA e dos vários projetos, fez do problema terra um problema militar, de Segurança Nacional, apoiando o grande capital multinacional e nacional. O resultado foi o aumento da grilagem, do latifúndio e da violência contra os trabalhadores. Segundo o Censo Agropecuário do IBGE - 1960/1980, os minifúndios de 10 a 100 ha passaram de 44,07% a 39,10% no período, e a área ocupada por eles passou de 19% a 17,68%. Ao mesmo tempo as propriedades de 1.000 a 10.000 ha diminuíram em número de 0,93% para 0,88% permanecendo praticamente invariada a terra por eles ocupada, de 28,06% a 28,65%, aumentando a terra ocupada pelo latifúndio superior a 10.000 ha que passou de 15,06% a 16,45%. (Censo Agropecuário - IBGE - Jornal do País - 7.13/março de 1985 - pag. 6 -)

Aumentou a concentração das terras. Aumentaram os conflitos: 201 em 1982, 484 em 1984. Aumentou a área conflitiva que passou de 4.311.516 ha em 1982 a 5.125.568 ha em 1984. Aumentaram as pessoas envolvidas de 228.772 em 1982 para 334.866 em 1984. (CPT - Conflitos de Terra no Brasil 1982, CPT - Conflitos de Terra no Brasil - 1984). As desapropriações de terra de 1980 até 1984 ficaram numa média de 26 por ano diminuindo a área desapropriada de 884.031 para 247.004 ha. O número das famílias beneficiadas pelas desapropriações não supera, nestes últimos quatro anos, o total de 57.198, contra a propaganda do governo que falou em milhões de títulos distribuídos, sem especificar a quem.

(CONTAG - Documento apresentado no Encontro Nacional pela Reforma Agrária - Brasília, 12.02.85)

VIOÊNCIA

Aumentou a violência. Em 1984, 116 trabalhadores e líderes rurais foram assassinados por problemas de terra, 14 em conflitos trabalhistas. A presença da polícia militar nestas ações de violência foi em número e em intensidade mais marcante do que a de outras polícias e dos exércitos particulares, sobretudo nos estados do Pará, Goiás e Mato Grosso. Nestes estados aconteceram verdadeiras chacinas nos municípios de Xinguara, Marabá, Viseu, no Pará; Mirassol do Oeste no Mato Grosso, em todo o Bico do Papagaio e no Norte de Goiás. E, no estado de São Paulo, a Polícia Militar primou na perseguição violenta aos trabalhadores da cana e da laranja. (CPT - Conflitos de Terra no Brasil - 1984). Nenhuma providência foi tomada pelos governos estaduais e federal, mesmo frente à posição dos bispos — como, no caso, os da CNBB Centro-Oeste — que exigiram do Governo do Estado a averiguação dos acontecimentos e não receberam resposta.

No acompanhamento dos trabalhadores, a Igreja e os agentes da CPT também sofreram perseguição. A prisão e a farsa do julgamento ainda não concluído dos padres Francisco Guriou e Aristides Camio é demais conhecida. Gostaríamos de lembrar só os casos últimos entre 1984 e estes primeiros meses de 1985.

AM: Prisão do Pe. Ramiro e da Irmã Patrícia Rossi e do Presidente do STR, Orfilo Nazaré, em Manaus.

BA: Ataques contra Dom José Rodrigues, bispo de Juazeiro e o Pe. Abílio Almeida, de Casa Nova. Ataques contra a Irmã Elvira Manfrini e o Pe. Thomas Hallan, de Caldeirão Grande, diocese de Bonfim.



Foto: Maristela Mafei

CE: Ameaças a Dom Aloisio Lorscheider, arcebispo de Fortaleza. Processo contra a Irmã Raimunda Cleide Fontes, de Cratêus. Processo contra o Pe. Arnaldo Peternazzi, vigário de Uruburetama, diocese de Itapipoca.

GO: Ameaças e intimidação ao Pe. Francisco Glory em Natividade, diocese de Porto Nacional. Espancamento do Pe. Henri des Rosiers em Augustinópolis. Prisão do Pe. Josimo Moraes Tavares e da agente de pastoral Lourdes Goi, em São Sebastião do Tocantins, diocese de Tocantinópolis.

MA: Ameaça de morte a Dom Tarcísio Sebastião Batista Lopes, bispo de Grajaú. Ameaças e telefonemas anônimos a Dom Pascasio Rettler de Bacabal.

MS: Em Três Lagoas, prisão do agente de pastoral Luiz Ernesto Brambatti e de um pescador.

MT: Aripuanã: Ameaças contra Dom Antônio Possamai, bispo de Ji-Paraná (RO). S. Félix: Ameaças de morte contra Dom Pedro Casaldáliga, bispo de S. Félix e vice-presidente da CPT.

RO: Processo contra o prof. Olavo Nienow, coordenador da CPT Regional e o pastor Oto Reminger, da IECLB, em Porto Velho.

SC: Ameaças a Dom José Gomes, bispo de Chapecó e presidente da CPT. Atentado contra Wilmar D'Angelis, do CIMI e sua família.

SE: Ameaça de morte ao frei Enoque José de Oliveira, em Propriá.

SP: Espancamento e detenção, pela Polícia Militar, do Pe. José Domingos Braghetto, coordenador da CPT Regional, durante a greve de Guariba-SP (Arquivos da CPT).

Ao mesmo tempo, a política agrícola valorizou tanto a produção para exportação, que a mesa do trabalhador e dos brasileiros ficou mais pobre. A produção de alimentos per capita de 1978 para 1983 diminuiu. O arroz passou de 64,4 Kg/habitante/ano, para 60,4; o feijão de 19,4 Kg/habitante/ano, passou a 12,4 e o trigo, de 23,7 Kg/habitante/ano, para 17,7. Pelo contrário, a soja cultivada em 77/78 numa área de 7 milhões de hectares, com uma produção de 9 mi-

lhões de toneladas, passou em 1983/84 a ser cultivada numa área de 9 milhões de hectares, com uma produção de 15 milhões de toneladas. (CONTAG - Doc. Encontro Nacional pela Reforma Agrária — Brasília, 12.02.85).

CONQUISTAS

Mas não tivemos só sofrimentos e perseguições. Os trabalhadores e a CPT com eles, celebrou vitórias neste último ano. A conquista da terra: de Cavernoso e Tanarana, em Guarapuaçu e Londrina (PR); de Campo Alegre, em Nova Iguaçu (RJ); das terras do Pontal de Paranapanema e de Piritiba, em Itaberá (SP); da fazenda Penha, em Peixe (GO); Cachoeirinha, em Varzelândia (MG); do assentamento dos ilhéus do PR e MS e de muitas outras conquistas pelos trabalhadores.

O Movimento dos Trabalhadores Sem Terra que já está espalhando em todo o país e celebrou seu 1º Congresso a 28 de janeiro em Curitiba com a participação de mais de 1.500 camponeses. Um sindicalismo mais combativo e autônomo, nos sindicatos de base e na formação da CUT - Central Única dos Trabalhadores. A participação mais ativa das Igrejas locais aos problemas dos trabalhadores. Mais de 20 Dioceses ficaram envolvidas nesta "justa luta", em defesa dos direitos dos trabalhadores no ano passado.

O novo governo já procurou a CNBB e a CPT e parece interessado a enfrentar o problema do campo. A CPT acha que no atual quadro político em que a maioria dos Senadores e Deputados são proprietários de terra, e com projetos de alto interesse econômico já implantados ou em fase de implantação no país (Carajás, Jica, Pro-álcool, etc.) não será fácil uma Reforma Agrária que contemple as necessidades da maioria. Não seria porém impossível que o atual governo começasse a escutar a voz dos camponeses e suas propostas e valorizasse a força política deles.

A CPT continuará a acompanhar e assessorar o Movimento Autônomo dos Trabalhadores e sua vida, para que sejam um sinal real e palpável de que o Reino do Senhor está se espalhando no campo. A CPT continuará no seu compromisso pastoral para que o trabalhador tenha voz na Igreja e para que as Igrejas sempre mais se debrucem, como Jesus Cristo, sobre o sofrimento da classe trabalhadora e assumam suas esperanças.

Em busca da terra prometida

De Roma, vem o apelo para a "volta à grande disciplina". No Brasil, bispos e teólogos parecem ficar tímidos e preocupados, talvez achando que uma maior liberdade e criatividade das bases possa atrair ainda mais repressão. É refletindo sobre esse quadro que João Carlos Oliveri, do programa Novas Formas de Ser Igreja, do CEDI, reflete, neste artigo, sobre a atual conjuntura eclesial. Ele afirma sua convicção de que os simples, os empobrecidos, reunidos nas CEBs, estão distinguindo, com mais clareza, a presença do Espírito na história.

João Carlos Oliveri

MAIO DE 85

"Para que o Papa volte... a escutar a voz dos que estão do lado dos mais pobres, rezemos ao Senhor". Assim rezou dona Ana, animadora da comunidade de Vila Nova, no encontro diocesano de CEB's de Três Lagoas, primeiro passo rumo ao próximo intereclesial, cujo tema é "Ceb's, Povo de Deus em busca da terra prometida."

"Para que o Papa volte..." E houve uma pausa, antes da oração continuar. O acento estava mesmo no "volte", no sentido bíblico de "conversão". O povo de Deus rezando pela conversão de

seu pastor. O que foi possível no tempo de Catarina de Sena, por que não o seria agora?

Na consciência de muitos cristãos, algumas tomadas de posição da igreja de Roma revelam um afastamento dos caminhos indicados pelo Espírito, afastamento que exige uma "volta", uma conversão: que a "Igreja oficial" escute realmente a voz dos mais pobres...

Momentos de Igreja como esse ressaltam a importância de acontecimentos como os intereclesiais, encontros de igrejas locais, daquelas "células iniciais da estrutura eclesial" que não as comunidades de base, segundo Medelín. Aparece clara, também, a necessidade de uma reflexão sobre o que significou até agora, em termos de igreja, a prática destes encontros, e especialmente neste período de preparação ao VI Intereclesial, que acontecerá, em 1986, em Trindade, GO.

OS INTERECLESAIS

Surgiram como semente pequena, a partir da iniciativa de bispos amigos. Os dois primeiros em Vitória (75 e 76) criaram um embrião de articulação entre experiências de Igrejas na base e serviram de estímulo para a reflexão teológica sobre o novo modo de ser igreja que estava nascendo. Já os ou-

tros três: em João Pessoa (78), Itaici (81) e Canindé (83) foram grandes momentos em que os pobres, privilegiados de Deus, puderam se expressar como povo e fazer ouvir sua voz.

Em João Pessoa, ecoou o anseio de libertação, na esteira das grandes greves de 78. Em Itaici, apareceu a força da organização popular, sobretudo a partir do local de moradia e do mundo do trabalho, mas também com a nascente experiência de novas possibilidades de expressão político-partidária. Finalmente, em Canindé se ouviu o grito pela terra, pela reforma agrária, por melhores condições de vida, no auge da crise econômica e na véspera de uma possível mudança política.

Na urgência das tomadas de posições no campo sócio-político, ficaram um tanto em segundo plano os apelos do Espírito para uma renovação interna da Igreja. Houve até um certo progressivo "controle" que contribuiu para deixar na surdina a discussão eclesial.

NA LIBERDADE DO ESPÍRITO

O encontro mais "livre" foi, paradoxalmente, o de João Pessoa. A "liberdade civil" estava ainda cercada pelo medo; o bispo, D. José Maria Pires, teve que resistir às forças de segurança que queriam a lista dos nomes dos participantes, ou pelo menos dos estrangeiros presentes. Mas em termos de Igreja, o encontro foi preparado a partir da iniciativa de agentes e animadores intimamente vinculados à caminhada da base e fluiu livre, com uma coordenação realmente feita pela base.

O clima de liberdade permitiu o florescer de frutos do Espírito. O pequeno encontro preparatório realizado no interior de São Paulo, por exemplo, optou por enviar representantes de comunidades operárias, para superar o preconceito de que as Ceb's seriam a continuação de estruturas prevalentemente rurais da igreja. O efeito foi determinante: camponeses e moradores do interior de todo o Brasil cercaram os operários de São Paulo, numa espécie de "encontro paralelo", para aprender com eles a experiência das greves de maio.

Gestos de profundo significado simbólico aconteceram espontaneamente, num clima de celebração, marcados pela presença do cacique xavante Ani-



Foto: CEDI

ceto. Um gesto de penitência: o velho bispo, D. João, de Vitória, entregou sua cruz episcopal ao índio em pedido de perdão pelo massacre de milhares de indígenas, que deu origem ao nome da cidade, dedicada a Nossa Senhora da Vitória. Um gesto profético, no momento do abraço de paz da celebração final: pares de participantes tinham sido sorteados para criar mais laços de fraternidade entre igrejas; um jovem operário de Osasco, com o apelido de Índio, foi sorteado como par do índio xavante. Naquele momento, o índio-operário disse: "É o abraço da pureza primitiva com a pureza científica". Estava claro que "pureza" foi a palavra que substituiu, no caso, "comunismo". O encontro de uma sociedade comunitária ainda viva nas tribos indígenas com o ideal "comunista" de uma sociedade a ser construída a partir da solidariedade das massas trabalhadoras.

Pela intervenção dos operários foi acrescentado também, no documento final, ao item que dizia: "A terra seja distribuída entre nós, camponeses e índios", o significativo reforço: "Nós, operários, queremos ter mais participação em tudo, principalmente na posse comum de nossos meios de trabalho (ferramentas, máquinas, indústrias)". Não se voltou mais a posições tão explícitas na continuação da caminhada.

PERIGOS E TROPEÇOS

Em encontros como o de João pessoa, a estratégia era selecionar as experiências avançadas de algumas comunidades, para que pudessem aparecer e servir de estímulo, tanto para a reflexão eclesiológica quanto para a prática de outras comunidades. Havia, nessa escolha, o perigo do triunfalismo, consistente em pensar que as experiências - conhecidas através do intereclesial mostrassem o rosto das Ceb's do Brasil. Poder-se-ia perder a visão de que a maioria das Ceb's eram apenas iniciantes, grupinhos de igreja que mal se abriam ao social. O próprio nome Ceb's era e é aplicado a uma grande variedade de grupos que bem pouco têm a ver com modelos mais avançados. O perigo veio a ser reforçado por uma duvidosa tática de propaganda. Para dar ao poder civil a impressão da força das Ceb's, vinham se chutando números: 40.000 Ceb's no Brasil, oitenta mil, cento e vinte mil... Imaginem cento e vinte mil grupos que tivessem o nível de consciência e de luta das comunidades operárias de São Paulo!

A autonomia da organização, o nível avançado das propostas, a propagan-



Foto: Maristela Mafel

da em tom triunfalista, devem ter assustado não apenas o poder civil mas também o religioso. O quarto encontro deveria ter sido em São Paulo e o que influuiu na escolha foi exatamente a presença dos representantes das comunidades operárias. Por que motivos realmente o episcopado da capital paulista, tido como dos mais avançados do Brasil, recuou e não aceitou o trabalho feito pela equipe preparatória?

Houve um momento em que a caminhada esteve a ponto de ser interrompida pela oposição da hierarquia. Apesar de tudo, em Itaici acabou se renovando a surpresa da vitalidade da Igreja dos pobres, fruto do sopro do Espírito; mas, logo depois vieram outros sinais de alguma mudança interna na igreja: pessoas que antes tinham assessorado encontros estaduais, como a deputada Irma Passoni, agora já não podiam ser convidadas. Por outro lado, a iminência das eleições e a nova presença do PT deslocaram mais uma vez o debate do campo interno da Igreja ao campo político.

MUDANÇA DE RUMO?

Na fase de preparação ao encontro de Canindé apareceu o importante documento publicado pela Comissão Episcopal de Pastoral sobre Ceb. O documento nº 25 da CNBB reconhece as Ceb's como "nova forma de ser Igreja" (nº 79). Será necessário todo um esforço de reflexão eclesiológica sobre as implicações desta afirmação. Em muitos lugares começa-se a refletir sobre "modelos de Igreja" buscando nos Atos dos Apóstolos a pista inicial. No enfrentamento entre modelo judaizante e o modelo paulino, descobre-se que

a Igreja caminha pressionada pelas sempre novas exigências dos que entram nela.

O mesmo documento, porém, vê, como necessário, um certo controle das Conferências Episcopais sobre os intereclesiais (nº 88). É significativo que o subsecretário do Regional Nordeste IV (Ceará-Maranhão) se torne parte integrante e de peso na comissão preparatória do V encontro.

O intereclesial de Canindé revelou algumas linhas de encaminhamento que deveriam ser melhor consideradas. Voltou a ser um encontro com rosto prevalentemente rural. Se isto não reflete mais a maioria da população brasileira, será que reflete o peso do engajamento da Igreja neste setor? Não será também por isso que as Ceb's se assustam com o crescimento das congregações pentecostais nas periferias urbanas? O VI encontro também já nasce marcado pela presença "rural" da Igreja: o tema da terra prometida, a assessoria da CPT, o lugar escolhido... Será necessário um novo esforço para descobrir e valorizar a caminhada da Igreja urbana, operária, e dar-lhe o espaço suficiente de expressão.

Canindé começou também a ser um encontro "de massa". É um desafio sair para uma "pastoral libertadora e de massa", depois de longa experiência com pequenos grupos. O desafio é reforçado pela pressão dos grandes congressos desde CONCLAT-CUT ao dos Sem-Terra. Pode-se cair em um novo triunfalismo, no estilo dos congressos eucarísticos ou marianos tradicionais. Mas há também o perigo do "achatamento": antes selecionavam-

se as experiências de Ceb's que pudessem servir de modelo e estímulo para a reflexão e a vida das outras comunidades, agora aparece mais a média da situação das comunidades do país, sem provocar maiores avanços na consciência da igreja e na organização da base.

PERGUNTAS QUE NASCEM

Na caminhada do povo as situações mudam. Pela própria pressão social que teve origem, em grande parte, nas Ceb's, hoje estamos numa conjuntura política diferente. Os pobres, os trabalhadores, os oprimidos, já não precisam tanto da igreja como espaço privilegiado de expressão de suas lutas e reivindicações, nem desse espaço precisam para se encontrar, sendo que se multiplicam os encontros nacionais nas diversas formas de movimento popular.

Na sociedade civil é preciso aprofundar as propostas para a mudança social. Não basta mais dizer: reforma agrária, diretas, alfabetização, pois o governo já está prometendo tudo isso. O que seria mesmo então esta "sociedade justa e fraterna" de que se fala? Que tipo de socialismo, de "pôr em co-

mun", de partilha, se torna hoje possível, desejável e portanto proponível para o avanço das lutas populares?

Por outro lado, a Igreja, em suas instâncias "oficiais", parece querer dar um passo atrás. De Roma, do Grupo Communio, vem o apelo para a "volta à grande disciplina". Volta-se a coibir a livre pesquisa teológica, a criatividade litúrgica, a expressão ministerial não clericalizada, a organização fraterna das comunidades a partir da base. Aqui dentro, no Brasil, episcopado e teólogos parecem ficar mais tímidos e preocupados, talvez achando que uma maior liberdade e criatividade das bases possa atrair ainda mais repressão de Roma.

Talvez esteja na hora de encaminhar a reflexão, nos encontros de comunidades, a todos os níveis, sobre a própria vida da Igreja. Não para se voltar de novo para dentro, esquecer o mundo, mas para se perguntar que tipo de igreja se quer para que tipo de sociedade. É preciso colocar a pergunta sobre o "modo de ser Igreja" que possa manifestar a presença do Espírito de Deus, a partir dos pequenos, na caminhada para uma sociedade diferente. Como continuar a falar de democracia,

se não há democracia na igreja? Como falar de participação, se as coisas acontecem de cima para baixo? Como falar de partilha, se os pobres são mais uma vez postos de lado e quem fala por eles é calado?

Entra aqui toda uma reflexão necessária sobre as novas formas de ser Igreja. O que deveria vir a ser o sucessor de Pedro para uma igreja dos pobres numa sociedade socialista? O que se espera das Conferências Episcopais? Como deverá ser o papel do pastor-bispo? Como o "padre" deverá evoluir para os diversos ministérios hoje concentrados numa única figura (celebrante - liturgo - administrador - responsável pela comunidade - doutor - profeta...) voltem a se expressar em toda sua riqueza através dos vários ministérios da comunidade cristã? Que leitura da Bíblia, que eclesiologia, podem responder a tais perguntas?

"Povo de Deus em busca da Terra Prometida"! Aí está o desafio para retornar a ouvir "o que o Espírito diz à Igreja": o que é ser "povo de Deus" hoje e qual é a "Terra Prometida" a que este povo aspira. Os simples já estão entendendo e rezam: "Para que o Papa volte..."

PUBLICAÇÕES DO CEDI

Poesia Profecia Magia (Rubem Alves).....	Cr\$ 10.000
Creio na Ressurreição do Corpo (Rubem Alves)....	Cr\$ 10.000
Poetas do Araguaia.....	Cr\$ 10.000
Batismo Eucaristia Ministério.....	Cr\$ 10.000
Varal de Lembranças (Histórias da Rocinha).....	Cr\$ 23.000
Discussão sobre a Igreja (Zwinglio M. Dias)	Cr\$ 7.000
Salvação Hoje (Mortimer Arias).....	Cr\$ 7.000
Liberdade e Fé (R. Alves, e outros).....	Cr\$ 7.000
Profeta da Unidade (Júlio Andrade Ferreira).....	Cr\$ 7.000
Celebração da Vida (John Poulton).....	Cr\$ 7.000
Missão e Evangelização - suplemento 28.....	Cr\$ 5.000
Missão e Evangelização:	
Uma afirmação ecumênica (CMI).....	Cr\$ 5.000
Imagens da Vida (espanhol).....	Cr\$ 5.000
Protestantismo e Política - suplemento 29.....	Cr\$ 5.000
Ideologia e Fé (André Dumas).....	Cr\$ 5.000
Estudos Bíblicos de um Lavrador.....	Cr\$ 5.000
Chamados a dar testemunho hoje.....	Cr\$ 5.000
Jesus Cristo a Vida do Mundo.....	Cr\$ 13.000
Missa da Terra Sem Males.....	Cr\$ 33.000
O Vaticano e o Governo Reagan	
(Ana Maria Ezcurra).....	Cr\$ 28.000
Perfil dos Dirigentes Sindicais na Gde S.P.	
(Marcelo Grondin).....	Cr\$ 18.000
De Dentro do Furação (Richard Shaull).....	Cr\$ 20.000
História da Classe Operária no Brasil.....	Cr\$ 10.000
Religião e Sociedade nº 6 - A Igreja no ABC.....	Cr\$ 13.000

Pedidos através de cheque nominal para o CEDI

Aconteceu Especial 15

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL/ 1984

Uma leitura indispensável
para todos que apóiam a luta dos
povos indígenas por direitos permanentes.

Notícias sobre 165 povos.
23 comentários assinados,
21 mapas,
26 quadros e 90 fotos.
Fontes diretas e
mais 55 jornais.

332 páginas
Cr\$ 40.000



Faça seu pedido através de cheque nominal para o CEDI (Av. Higienópolis, 983. CEP: 01238 — São Paulo — SP).

A IECLB e a Nova República

O presidente em exercício da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, IECLB, pastor Gottfried Brakemeier, 48 anos, está enviando uma carta às comunidades luteranas no País pedindo que cooperem para a consolidação da Nova República. Elogia o Plano Nacional de Reforma Agrária, "reivindicação da IECLB desde 1982, através do tema *Terra de Deus, Terra para Todos*". Pede a participação efetiva de todos no projeto de elaboração da nova Constituição. E alerta para as ameaças que rondam o poder civil no País, conclamando as comunidades para uma ação política "que favoreça o fraco e esteja orientada para o bem da coletividade". A mensagem, na íntegra, é a seguinte:

"Representa a Nova República, o alvo de ardente esperança de renovação por parte da maioria do povo brasileiro, especialmente dos menos favorecidos. Corporifica a chance de real democratização, de recuperação econômica e de realização de um estado de direito e justiça. A IECLB não pode senão solidarizar-se com estes anseios, e todo o cristão, em obediência ao mandamento do amor, é chamado a cooperar na consecução dos objetivos. As chances da Nova República dependem, não por último, da disposição de todos os cidadãos para a colaboração e o engajamento na causa pública".

"São motivo de regozijo iniciativas da Nova República, que demonstram o propósito de instalar a justiça e de colocar o ser humano e seus direitos acima dos valores puramente técnicos. Assim mencionamos:

a. O projeto do Plano Nacional de Reforma Agrária, uma reivindicação da IECLB desde 1982, com seu tema 'Terra de Deus, Terra para Todos'. Reforma Agrária não significa a desapropriação indiscriminada. Não tira a terra daqueles que a trabalham, dos pequenos e médios agricultores. Pretende, isto sim, fazer justiça na desequilibrada situação fundiária do País, dando cumprimento ao Título II do Estatuto da Terra, de 1964, que enfatiza a função social da propriedade. A posse excessiva, as áreas ociosas e seu uso para

fins especulativos de um lado e o povo sem terra, faminto, de outro, representam não só um permanente estopim de conflitos e de violência, como também o flagrante desrespeito à vontade de Deus."

"Inclui o projeto de Reforma Agrária, a necessidade da criação de uma infraestrutura que assegure ao trabalhador rural e sua família, treinamento técnico, previdência social e escola. Sem Reforma Agrária não haverá solução para o problema do desemprego, da fome e violência em nosso País e continuará pairando sobre ele o juízo de Deus e a ameaça de uma convulsão social."

b. O projeto da Constituinte. A elaboração de uma nova Constituição é assunto por demais importante para ser deixado ao encargo de poucos. Pois há de determinar o curso da vida da nação, os valores fundamentais com que esta se compromete e a forma pela qual se rege. Necessária se faz, neste processo, a voz de todos, sua colaboração direta ou indireta, a viabilização de ampla participação popular. A colaboração do cristão, mais esta vez, se constitui não só um dever cívico, como

também uma questão de consciência e de responsabilidade diante de Deus."

"As chances da Nova República dependem decisivamente da concretização de uma forma regimental verdadeira democrática, ao nível político, econômico e social."

"São muitas as ameaças, às quais a Nova República e suas iniciativas estão sujeitas. Interesses partidários, classistas e pessoais se opõem à renovação e perigam frustrar os anseios por democracia e justiça. Conclamamos as comunidades, seus membros, os cristãos, enfim todas as pessoas de boa vontade a obedecerem mais a Deus do que aos interesses egoístas humanos (Atos 5,29), a darem êxito à boa causa e a não negarem sua participação política responsável, dentro das possibilidades existentes. Ação política, desde que favoreça o fraco e esteja orientada no bem da coletividade, é uma forma de testemunhar a fé, de servir a Deus e de contribuir para que seja feita Sua vontade (Mateus 6,10). Por sobre todo esforço neste sentido, rogamos queira Deus derramar Sua Bênção". (Tânia Kruttscka, editora de "Informação IECLB", São Leopoldo, RS).

Assine tempo e presença

Revista Mensal Tempo e Presença

Assinatura anual:
Cr\$ 40.000 ☐

América Latina: US\$30
América do Norte: US\$ 40
Europa, África e Ásia: US\$ 45

Boletim Semanal Aconteceu

Assinatura anual:
Cr\$ 20.000 ☐

América Latina: US\$50
América do Norte: US\$65
Europa, África e Ásia: US\$ 75

Nome: _____

Endereço: _____

Cidade: _____ CEP: _____ Est.: _____

Telefone: _____ Profissão: _____ Idade: _____

Faça sua assinatura através de cheque nominal para o CEDI —
Centro Ecumênico de Documentação e Informação — Av.
Higienópolis, 983 — 01238 — São Paulo — SP.

Apartheid contra d. Paulo Evaristo

A política racista do governo sul-africano, baseada no apartheid (separação das raças) atingiu, em junho passado, o cardeal-arcebispo de São Paulo, dom Evaristo Arns. Convidado pela Conferência Nacional dos Bispos da África do Sul, d. Paulo estava praticamente saindo de casa para embarcar, quando foi intimado, pela embaixada de Pretória em Brasília, a assinar documento, comprometendo-se a não participar de manifestações contra o racismo e contra o serviço militar obrigatório de dois anos, para os brancos, em vigor naquele país. Os movimentos pacifistas sul-africanos combatem essa lei, através da **End of Conscription Campaign** (Campanha pelo fim da conscrição).

D. Paulo recusou-se imediatamente a aceitar as exigências de Pretória. Em mensagem à embaixada, respondeu: "O cardeal falará como estrangeiro, sabendo que cada país deve resolver seus problemas; ater-se-á estritamente a discutir problemas éticos e a relatar as propostas e soluções pastorais em andamento no Brasil. Ele é homem de diálogo e defensor intransigente da não-violência e faz parte da cúpula de organizações internacionais que buscam a paz, através de negociações. Mas não aceita visitar o país com restrições, a ele especialmente impostas pelo governo".

Aos militantes do **End of Conscription**, d. Paulo enviou mensagem, afirmando: "Sua luta é, mais do que nunca, a nossa luta. Sua força aumentará com o apoio de muitos. O amor à Pátria não pode ser destruído pelas armas! Que o Deus da História conceda ao querido Povo da África do Sul a solução justa de seus problemas e o fim de todas as discriminações. Desejo muita firmeza, autêntica justiça e paz duradoura, sem serviço militar, para todos os sul-africanos."

Em resposta, os pacifistas da África do Sul enviaram mensagem dizendo: "Senhor cardeal Arns: sabemos que o senhor é um homem de paz. Os opressores sempre temem os homens de



paz. O governo da África do Sul o temeu bastante, para retirar-lhe, na última hora, o visto de entrada já concedido. Nós, que também trabalhamos pela paz, o saudamos, por ter recusado de ser cerceado pelo governo da África do Sul, na sua procura de justiça internacional. O **End of Conscription** é contra o uso de soluções militares para problemas políticos. Na África do Sul, o governo está usando o exército para defender o apartheid. A sua disponibilidade para dar sua contribuição à nossa campanha constrói a solidariedade de todos os povos que lutam pela justiça e pela paz. Nós o saudamos com toda a nossa solidariedade e votos de paz!".

O QUE É O APARTHEID

Apartheid é o nome dado à legislação racista e segregacionista sul-africana, elaborada a partir de 1926 e consolidada em 1949, proibindo os casamentos entre pessoas de raças diferentes. Na África do Sul, 4,8 milhões de brancos dominam 2,7 milhões de mestiços, 850 mil asiáticos e 29 milhões de negros. A resistência do povo oprimido

traduz-se em dois campos: a nível do cenário político legalizado, a FDU (Frente Democrática Unida) reúne mais de 600 organizações sindicais, políticas, esportivas, religiosas e culturais anti-racistas. A nível clandestino e da luta armada, a resistência é organizada pelo CNA (Congresso Nacional Africano).

Desde o início do ano passado, os conflitos raciais já causaram 500 mortes na África do Sul. Diante da escalada da resistência popular, o governo do presidente Pieter Botha decretou, dia 20 de julho, pela primeira vez em 25 anos, o estado de emergência no país. Antes, em 30 de março de 1960, decisão semelhante foi tomada diante da reação ao "massacre de Sharpeville", quando 69 manifestantes negros foram massacrados pela polícia. Naquele ano, foram presas 11.500 pessoas.

Comentando a emergência, de agora, o bispo anglicano Desmond Tutu afirmou aos jornalistas: "Eu duvido que essas medidas possam acalmar a situação, mas se conseguirem, será uma calma ilusória e sob a superfície a violência estará fervendo".

O jejum do chanceler d'Escoto

O padre e chanceler de Nicarágua, padre Miguel d'Escoto, está realizando, desde o dia 7 de julho passado, um jejum pela paz, em defesa da vida e contra o terrorismo, em Manágua. Solidários com seu gesto e com a luta do povo e governo sandinista da Nicarágua pela paz na América Central, entidades e pessoas de boa vontade, em todo o mundo, tomam iniciativas semelhantes. Aqui, o testemunho de Miguel d'Escoto sobre o seu gesto:

"Depois de um longo processo de oração e discernimento com o superior de minha congregação, com meu bispo, padres, religiosos e leigos, decidi aceitar o chamado de Cristo e iniciar um jejum 'pela paz, em defesa da vida e contra o terrorismo', como uma oração profética para que se ponha fim ao terrorismo de Estado do governo dos Estados Unidos contra a Nicarágua e para que, deste modo, nosso povo possa viver em paz e dedicar todas as suas energias ao desenvolvimento nacional.

Faço este jejum:

1. Para que seja respeitado o direito à vida e à autodeterminação do povo da Nicarágua e dos povos da América Central, da América Latina e do mundo.

2. Como expressão de repúdio cristão à política de terrorismo de Estado imposta pelo governo norte-americano contra a Nicarágua e como expressão religiosa de condenação dos seqüestros, torturas e assassinatos sistemáticos de nossas irmãs e irmãos por parte dos contrarrevolucionários, financiados e dirigidos pelo governo norte-americano.

3. Como uma forma de manifestar meu amor a Deus, ao meu povo, à Igreja

e meu ardente desejo de que se consiga acabar a agressão e iniciar uma nova fase de relações entre os Estados Unidos e a Nicarágua, que seja justa e respeitosa de nossos direitos como nação soberana e independente.

4. Para estender uma mão de amizade ao povo dos Estados Unidos, convidando fraternalmente todos os norte-americanos de boa vontade para que me acompanhem nesta ação de denúncia e para que, juntos, consigamos uma paz justa e duradoura. Estendo, também, minha mão e minha voz aos povos crentes e oprimidos da América Latina para que reforcem, com sua oração e ação, as aspirações de justiça ao povo nicaraguense.

5. Como uma forma de desmascarar aqueles que, de forma abusiva, autoproclamaram-se defensores dos mais sagrados valores judeo-cristãos e pretendem, com isso, justificar sua guerra imoral e cruel contra a Nicarágua.

6. Para pedir o perdão, a graça do arrependimento e a retificação daqueles irmãos na fé que — devendo ter denunciado o crime contra o nosso povo inocente — guardaram silêncio cúmplice com os que, seguindo o exemplo de Herodes, ordenam o massacre de nossas crianças, mulheres, velhos e jovens.

7. Peço ao Senhor que ajude a corrigir os governantes que, equivocadamente, permitiram o uso de seus territórios como base de agressão contra nosso povo, envolvendo-nos numa guerra alheia que em nada pode beneficiar seus próprios povos e que representa um risco de incalculáveis consequências para a região.

Como nicaraguense e, a partir do

meu mais profundo ser sacerdotal, faço este jejum e oração para acompanhar, no luto, o meu povo que sofre as consequências da agressão; para acompanhar nossos heróicos combatentes que arriscam sua vida em defesa da Pátria e para pedir por todas as minhas irmãs e irmãos que carregam sua cruz, imposta por aqueles que pretendem negar-nos o direito à vida.

Peço por Daniel, nosso presidente e por todos os dirigentes de nossa Revolução, para que o Senhor nunca deixe de iluminar seus passos e para que se mantenham firmes, como sempre fizeram, ao lado dos mais humildes e necessitados, em defesa da justiça e da soberania nacional.

Convido o Santo Padre, nossos bispos e os líderes religiosos da Nicarágua e do mundo para que nos acompanhem neste ato de oração profética.

Creio firmemente que, diante da agressão, deveremos manter e, inclusive, intensificar nossos esforços na área da defesa militar e de segurança, nas trincheiras diplomática, econômica e da produção, como também na área jurídica, de onde temos que continuar lutando para que sejam respeitados os nossos direitos como uma nação livre e soberana. Mas, consciente de que os cristãos — além de apoiar estes esforços, temos algo de muito próprio para dar, na defesa da pátria em nome de Cristo, nosso Senhor, como cristão e sacerdote, convoco todas as minhas irmãs e irmãos na fé para este ato de jejum e oração acenda, em toda a Nicarágua, uma insurreição evangélica, com métodos de luta que emanam do Evangelho e que é imprescindível começar a utilizar para a chegada do Reino.

Pedimos ao Senhor que multiplique o compromisso de resistência do povo norte-americano para deter os planos agressivos de seu governo e para que renove as energias de todos os que, no mundo, lutam pela justiça e pela paz, contra o terrorismo.

Continuarei em jejum e oração até que, na Nicarágua, se acenda essa insurreição evangélica e até que essa chama se multiplique em ações solidárias de mulheres e homens de boa vontade, da América do Norte, América Latina, Europa e Terceiro Mundo.

Manágua, Nicarágua, 7 de julho de 1985.

CADERNOS DO CEDI

7 - Um pé de cana não é nada, juntando é um canavial.....	Cr\$ 13.000
8 - Igrejas/Desenvolvimento e Participação Popular.....	Cr\$ 13.000
9 - Deixai vir a mim os pequeninos.....	Cr\$ 10.000
10 - Roças Comunitárias.....	Cr\$ 13.000
11 - Pedes e Garimpeiros.....	Cr\$ 13.000
12 - Sexta Assembléia do Conselho Mundial de Igrejas.....	Cr\$ 16.000
13 - Alfabetização e Primeiras Contas.....	Cr\$ 13.000

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

Volume 5 - Javari.....	Cr\$ 25.000
Volume 3 - Amapá/Norte do Pará.....	Cr\$ 40.000

Faça seu pedido através de cheque nominal para o CEDI

As Igrejas Evangélicas da Alemanha e a Nicarágua

A convicção de que a crise centro-americana baseia-se, fundamentalmente, na longa história de opressão e injustiça sócio-econômica nessa região da América Latina foi reafirmada, em fins de abril e início de maio passado, em Berlim, pelo "Grupo de Trabalho das Obras Evangélicas de Ajuda ao Desenvolvimento" (AGKED) em documento, que publicamos em seguida. Pouco depois, os evangélicos alemães pronunciaram-se contra o boicote decretado pelos Estados Unidos contra a Nicarágua.

As agências membros da AGKED (Associação de Serviços da Igreja para o Desenvolvimento) veem, com grande preocupação, o rápido agravamento da situação militar e econômico contra a Nicarágua. Quase diariamente, recebemos relatórios de nossas igrejas co-irmãs na Nicarágua e toda a comunidade ecumênica descreve a extensão dos sofrimentos impostos à população nicaraguense, como resultado do conflito militar. As Igrejas Protestantes na Nicarágua dirigiram-se a nós, pedindo a continuação da ajuda para aliviar o sofrimento do seu povo. Pediram-nos, também, que conscientizemos a opinião pública de nosso próprio país sobre os acontecimentos na Nicarágua e para que ajudemos a superar essa situação, independentemente de obstáculos externos, e para

que esse país possa percorrer um caminho próprio e autônomo de desenvolvimento. As obras de ajuda das Igrejas Evangélicas na República Federal da Alemanha reafirmam sua decisão de continuar ajudando a Nicarágua. Atendendo aos apelos de nossos interlocutores nicaraguenses, continuaremos apoiando-os em seu empenho de contribuir para a construção de uma sociedade mais justa.

I. SOBRE A SITUAÇÃO NA NICARÁGUA

1. A Revolução de 1979 libertou a Nicarágua de um regime injusto e desumano. A tirania de Somoza trouxe consigo miséria e servidão. A situação da maioria da população caracterizava-se por uma pobreza opressora, pela fome, analfabetismo, doenças e por uma elevada mortalidade infantil.

2. O governo revolucionário fez notáveis esforços para melhorar a situação. A campanha de alfabetização, a criação de serviços de saúde, amplas campanhas de vacinação, o apoio às cooperativas agrícolas e uma divisão mais justa das terras, deixaram marcas profundas. Esta dedicação para cobrir as necessidades dos pobres e deserdados é um fato positivo que não se pode deixar de reconhecer.

3. Isto não é obstáculo para que veja, com uma visão crítica, alguns aspectos do processo revolucionário: mere-

cem, assim, nossa crítica o tratamento dado, inicialmente, ao problema dos Miskitos, a detenção de pessoas da oposição, a expulsão de sacerdotes e a limitação à liberdade de imprensa. São também preocupantes as notícias de que, depois de eleições realmente notáveis, voltam a ser cerceados direitos democráticos.

4. De toda maneira, não se deve esquecer que a Nicarágua encontra-se praticamente em estado de guerra. São destruídas tanto vidas humanas quanto instalações produtivas e serviços. As perdas não podem ser compensadas, provocando, assim, uma situação de crise econômica e criando obstáculos cada vez maiores para o desenvolvimento. A intervenção direta e indireta dos Estados Unidos, através de ações militares, aumenta o perigo de que essa região seja cada vez mais envolvida no conflito Leste-Oeste entre as grandes potências. É preciso, por isso, que se faça tudo o que for possível para criar condições para uma solução regional para o conflito, na linha buscada pelos governos da Europa Ocidental na Conferência de San José (Costa Rica) no ano passado.

II. SOBRE A SITUAÇÃO DAS IGREJAS EVANGÉLICAS NA NICARÁGUA

5. Mesmo que somente 15% da população nicaraguense professe um credo protestante, as Igrejas Evangélicas desse país levam muito a sério sua responsabilidade social e demonstram uma grande dedicação ao esforço para a reconstrução do país e da sociedade, já a partir de 1979. Mesmo tendo havido, aqui e ali, esforços positivos precursores, é certo também, que, a partir de 1979, as condições tornaram-se infinitamente mais favoráveis. O trabalho das Igrejas Evangélicas no campo da saúde, da alfabetização e no desenvolvimento integral, deixou sua marca no país. Este fato é especialmente interessante, se considerarmos que a Nicarágua é um país predominantemente católico e que, dentro da Igreja Católica, há profundas divergências na valorização da evolução política.

6. O fato de que os cristãos e as Igrejas participam ativamente no processo de desenvolvimento e a conseqüente convicção de que essa participação é



algo resultante da ação do Espírito de Jesus, desperta grandes esperanças, dentro e fora da Nicarágua. O que anima os pobres é a esperança de serem protagonistas da própria libertação, assumindo, com responsabilidade própria, ações e processos urgentes.

7. Grupos e Igrejas Protestantes da Nicarágua que, historicamente, estavam divididos em numerosos agrupamentos, foram encontrando posições comuns, no decorrer do processo de libertação. Ao aceitarem o desafio dos problemas políticos e sociais que, no dia a dia, apresentam-se com urgência, foi impondo-se a necessidade de considerar a dimensão política do Evangelho. Com isso, as Igrejas foram adquirindo consciência do que significa a solidariedade para com os pobres, a justiça para todos e o respeito à dignidade humana.

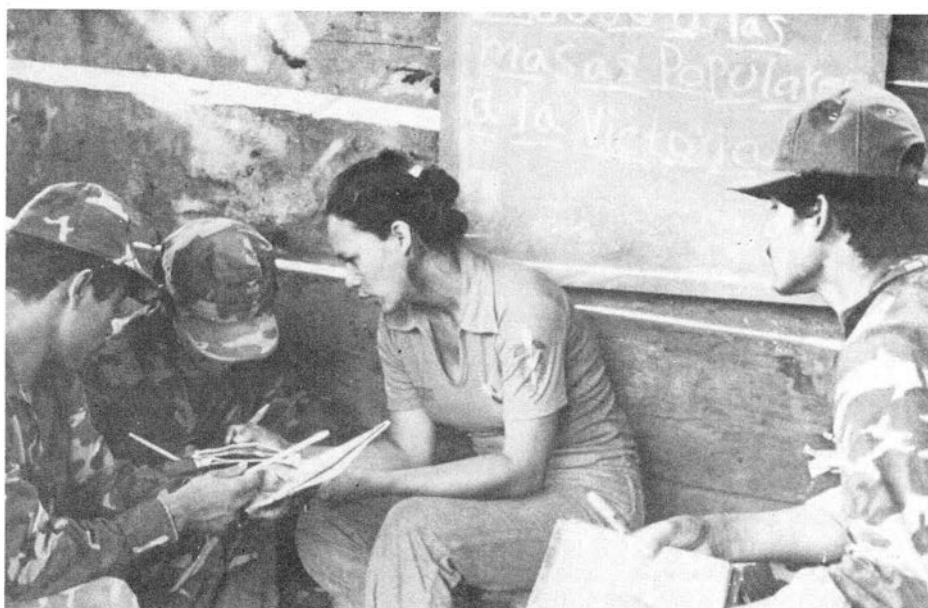
8. Este consenso das Igrejas Evangélicas na Nicarágua é um dos fatores decisivos que tornam possível a contribuição própria dessas Igrejas para o desenvolvimento de uma sociedade mais humana. Com isso, elas não perdem, absolutamente, sua liberdade. As Igrejas Protestantes mantêm uma postura de lealdade crítica diante do Estado, julgando-o pela sua capacidade de velar pela paz, pela liberdade e pela justiça.

III. SOBRE A COLABORAÇÃO DA AGKED NO TRABALHO DE DESENVOLVIMENTO

9. As instituições que integram o "Grupo de trabalho das Obras Evangélicas de Ajuda ao Desenvolvimento" (AGKED) mantêm, há anos, estreitas relações com suas Igrejas interlocutoras na Nicarágua e se orientam pelas sugestões dessas Igrejas na hora de apoiar o trabalho eclesial de desenvolvimento. Essa cooperação dirige-se, sobretudo, aos setores da educação, saúde e rural. A cifra global é de 22 milhões de marcos, desde 1979. São muitos os especialistas que, através dos Serviços de Ultramar (DU), prestaram sua construtiva colaboração na Nicarágua.

10. À semelhança do que ocorre noutros países, a medula de nossa ajuda eclesial para o desenvolvimento é representada pela colaboração com o povo pobre. A ajuda eclesial é destinada a pessoas necessitadas e quer colaborar para que solucionem seus próprios problemas. Pretendemos que os setores pobres da população sejam capazes de participar plenamente na vida comunitária.

11. No decorrer de sua colaboração para o desenvolvimento, a AGKED



comprovou que os programas de desenvolvimento na Nicarágua possibilitam e favorecem a mobilização da população no sentido de fomentar a responsabilidade própria. Nossos interlocutores eclesiais na Nicarágua insistem em que, até hoje, não se registrou nenhum obstáculo ao trabalho eclesial de desenvolvimento.

12. As possibilidades e os êxitos do trabalho de nossos parceiros em favor do desenvolvimento reforçam a intenção da AGKED de reforçar seu apoio aos seus colaboradores na Nicarágua. Isto é, aliás, uma obrigação, diante da crescente necessidade de nossos irmãos na Nicarágua.

IV. SOBRE O PAPEL DA POLÍTICA DO GOVERNO

13. Deve ser elogiada a decisão do governo da República Federal da Alemanha de ajudar os nicaraguenses, através das organizações não governamentais e, especialmente, através das Igrejas. O Sínodo da Igreja Evangélica Alemã, durante sua sessão de novembro de 1984, insistiu na necessidade de continuar ajudando a Nicarágua e pediu ao governo federal alemão que reinicie também a cooperação para o desenvolvimento da Nicarágua a nível estatal. Do modo como está orientado o trabalho de desenvolvimento na Nicarágua, pode-se esperar que, inclusive, a ajuda a nível estatal resultará em proveito para os necessitados.

14. A ulterior evolução na Nicarágua depende, em grande parte, de que, nesse país e na América Central, haja paz. Neste sentido, são também necessárias medidas diplomáticas que levem

os Estados Unidos e os Estados centro-americanos a continuarem procurando uma solução baseada nas propostas do Grupo de Contadora, as quais já foram aceitas pela Nicarágua.

15. O Governo da República Federal da Alemanha insistiu, várias vezes, que a injustiça social é a principal causa da persistente instabilidade na América Central. Isto significa que a cooperação para o desenvolvimento dos países centro-americanos deve ter, como objetivo, a superação daquela causa e deve, por isso, apoiar a construção de sociedades que tornem possível a justiça social e a participação ativa de todos na vida pública. Intensificando a cooperação a nível regional, poderiam ser criadas novas perspectivas de reconciliação e de evolução pacífica na América Central. A Conferência de San José lançou bases importantes neste sentido. Seria desejável que o Governo da República Federal da Alemanha se esforçasse para que estes promissores passos iniciais continuem e se desenvolvam.

NÃO PASSARÃO!



Este selo representa o nosso protesto contra a intervenção militar na Nicarágua

Carta dos Brasileiros ao Presidente da República e ao Congresso Nacional

“É espúria a Constituinte formada pela Câmara dos Deputados e Senado”, afirma a “Carta dos Brasileiros”, escrita pelo jurista Goffredo Telles Júnior — que escreve, há alguns anos, a “Carta aos Brasileiros”, na luta cívica pela redemocratização do país — e divulgada, dia 17 de julho passado, na sede da OAB-SP. A “Carta” é assumida pelo Plenário Pró-Participação Popular na Constituinte. Eis a sua íntegra:

I

Começemos pelo principal.

Partimos da afirmação de que o Poder Constituinte não é o Poder Legislativo. Em consequência, sustentamos que o Poder Legislativo não pode ser promovido a Poder Constituinte. Em outras palavras: não pode o Congresso Nacional ser convertido em Assembléia Nacional Constituinte. O ato que o fizer é arbitrário e ilegítimo.

Ninguém nega que o Congresso Nacional tem alguns poderes constituintes. Mas os poderes constituintes do Congresso são somente aqueles que a Assembléia Constituinte lhe delega por meio da Constituição, e se limitam ao poder de **emendar** a Constituição em vigor. São, pois, poderes constituintes **derivados**, e nunca o Poder Constituinte **originário**.

O Poder Constituinte originário é o poder de elaborar, votar e promulgar a Constituição. Ele é exercido privativamente pela Assembléia Nacional Constituinte.

O Poder Constituinte originário, porém, não é constituído por nenhum outro Poder. Ele é o Poder-fonte: dele é que derivam e dependem os demais Poderes.

Denunciamos, como espúria, a Assembléia Constituinte composta de órgãos já constituídos.

E espúria a Constituinte formada pela Câmara dos Deputados e pelo Senado. Por sua própria natureza, uma constituinte legítima, não pode resultar da reunião dessas duas Câmaras, uma vez que a própria existência e

composição destas Câmaras resultam do que for decidido pela Constituinte.

II

Não se pense que a proibição assinalada, de transformar o Congresso Nacional em Assembléia Nacional Constituinte, não seja mais do que teoria, tese abstrata, pura ideologia sem ligação com a prática e com as exigências da realidade política.

Não se diga, para contestá-la, que o Congresso Nacional é composto de legisladores eleitos pelo povo, achando-se credenciado, portanto, para produzir a Constituição que o povo deseja.

Afirmamos que razões poderosas justificam a referida proibição.

Parece-nos necessário insistir na profunda diferença existente entre a missão atribuída pelo povo aos legisladores da Assembléia Constituinte.

“No Congresso Nacional, os legisladores fazem as leis reguladoras das relações comuns entre os homens, em sua vida quotidiana. Fazem as leis que procuram atender às conjunturas de cada tempo, de cada lugar, de cada grupo social. Tais leis, sendo conjunturais, podem ser revogadas e substituí-

das por outras leis conjunturais, em razão das mutáveis exigências da vida.”

“Para a proposição e defesa dos projetos dessas leis, o que se exige do legislador, como requisito essencial, é que ele seja fiel intérprete dos interesses que tais leis visam reger. E este é o motivo pelo qual um analfabeto, pela sua competência nos ofícios de sua categoria de trabalho, e pela sua fidelidade aos interesses que ele representa, pode ser, eventualmente, nas matérias específicas de sua vivência, um parlamentar eficaz e um bom deputado.”

“Na Assembléia Constituinte, porém, os legisladores fazem uma só lei. Esta lei é um estatuto; é o estatuto de uma importantíssima instituição — da instituição chamada governo.”

“Como todos sabem, tal estatuto é o que se denomina Constituição do Estado.”

“A Constituição não é uma lei conjuntural. Ela é a Lei Magna, á qual se submetem governados e governantes. Ela é soberana, e com ela se devem harmonizar todas as leis do País. Dessa harmonia, dependem a unidade e a coerência do sistema jurídico nacional.”



"A Constituição se compõem de princípios gerais, enunciados com a intenção de durar e permanecer. Não é fácil emendar a Constituição. Muito difícil é abrogá-la e substituí-la por outra."

"Em virtude dela, o governo é uma instituição instável, na qual os governantes são agentes transitórios."

"Convém não esquecer que a Constituição é uma lei que tem objetivos certos. Para clareza, lembramos que ela é a lei que fixa a estrutura fundamental do Estado e o sistema político adotado, que determina as funções e competências dos poderes e dos órgãos principais do governo; que estabelece os processos de designação dos governantes e dos parlamentares; que institui o processo legislativo, para a elaboração das leis; que enuncia as normas básicas do funcionalismo público, do Ministério Público e das Forças Armadas; que cria e discrimina as fontes da receita do Poder Público, distribuindo as rendas tributárias entre os governos da União, dos Estados Federados e dos Municípios; que estabelece os princípios que regem o orçamento do Estado; que faz a solene declaração dos Direitos Humanos; que firma as bases da ordem econômica e social."

"Sustentamos que a Constituição tem dois fins supremos: 1º) impedir o arbítrio do poder público pela justa delimitação das áreas de competência dos órgãos do governo; 2º) impedir o arbítrio do poder econômico, pela comediação intervenção do poder público no entrelaço dos interesses particulares, para cercear a exploração do homem pelo homem."

"Sendo o estatuto do poder, a Constituição existe para que o poder não se faça nem arbitrário, nem ausente. Deve a Constituição ser a carta de salvaguarda dos direitos humanos e, concomitantemente, o instrumento do pacto de garantia das liberdades concretas dos trabalhadores."

"Estamos convictos de que a elaboração desse estatuto exige legisladores que estejam aptos para essa especialíssima incumbência."

"Como se acaba de ver, não se confundem, de maneira nenhuma, os fins próprios da Assembléia Constituinte com os fins do Congresso Nacional."

A diversidade desses fins implica a diversidade de natureza desses órgãos legislativos. Nenhuma lei poderá alterar este fato.

Tal diversidade é o que leva a proclamar a necessidade de eleger separada-

mente os representantes do povo no Congresso e os representantes do povo na Constituinte.

Bons representantes do povo para a feitura das leis ordinárias podem não ser os convenientes representantes do povo para elaborar a Carta constitucional. E sempre haverá bons representantes do povo na Constituinte que não possam ou não queiram ser membros do Congresso Nacional.

Ao povo, e ao povo somente, compete dizer quais são os representantes a que ele confere o poder soberano de fazer a Constituição.

Proclamamos que o Poder Constituinte originário, exercido pela Assembléia Nacional Constituinte, reside primordialmente no povo.

Para nós, convocar a Constituinte é convocar o povo, convocar o eleitorado para a eleição dos deputados constituintes.

Este é um dos motivos pelos quais repudiamos qualquer projeto que pretenda converter o Congresso Nacional na Assembléia Nacional Constituinte. Não nos podemos furtar ao dever de advertir que tais projetos configuram, num Estado democrático, a tentativa de usurpação de poder público.

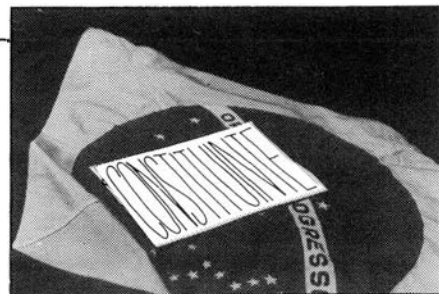
III

Outros motivos também existem para combatermos esse tipo de projeto.

Uma Assembléia Constituinte formada pela reunião unicameral de deputados da Câmara e de senadores se instalaria com o tácito reconhecimento da existência de duas Câmaras legislativas na organização do Estado.

Assim, antes mesmo de iniciar o estudo e o debate de qualquer questão constitucional, a Constituinte aceitaria, por força de sua própria composição, a permanência de uma Câmara dos Deputados, com a chamada representação popular, e de um Senado, com a chamada representação dos Estados da Federação. Aceitaria, portanto, o regime bicameral do Poder Legislativo, o sistema representativo em vigor, e a estrutura federativa do Estado, tudo em conformidade com a Constituição vigente. Ora, a Constituição vigente é, precisamente, a lei que se quer revogar e substituir por uma nova Constituição.

Além do mais, devemos observar que, na Constituinte, a atuação dos deputados da Câmara e dos senadores, não se poderia livrar de poderosas incitações para favorecer, com normas constitucionais adequadas a situação futura desses mesmos parlamentares,



dentro da organização estatal. Ora, tais normas, se consagradas na Constituição, podem conflitar com os autênticos interesses do País.

Por tudo isto, opomo-nos a quaisquer tentativas de conversão do Congresso Nacional em Assembléia Constituinte.

"Seja-nos permitido, insistir num truismo: o que dá legitimidade às reformas institucionais, o que confere autenticidade às renovações da ordem jurídica, são as livres manifestações do povo, em suas entidades representativas, nos diversos ambientes da vida."

"Sustentamos que uma Nação em desenvolvimento é uma Nação em que o povo pode manifestar e fazer sentir a sua vontade. É uma Nação com organização popular, com comunidades estruturadas, com sindicatos autônomos, com centro de estudo e debate, com partidos autênticos, com veículos de livre informação. E, uma Nação, em que se acham abertos os amplos e francos canais de comunicação entre a sociedade civil e os responsáveis pelos destinos do País."

"Sustentamos que um Estado será tanto mais evoluído quanto mais a ordem reinante consagre e garanta os anseios profundos da população."

"Propomos portanto, que se extinguam as comissões nomeadas pelo Governo para a elaboração de anteprojetos de Constituição, e que organizemos, imediatamente, em todos os municípios do País, os mecanismos de participação popular nas grandes decisões da Assembléia Nacional Constituinte."

"O que queremos, afinal, é uma coisa só: queremos uma Assembléia Constituinte eleita por nós."

"Queremos uma Assembléia Constituinte aberta aos apelos do povo, e livre de injunções governamentais."

"O que queremos, em síntese, é uma Assembléia Constituinte autônoma e soberana, capaz de dar, ao nosso País, uma Constituinte brasileira e legítima".

**Goffredo Telles Junior, pelo Plenário
Pró-Participação Popular na Constituinte.**

Perfil dos Dirigentes Sindicais na Grande São Paulo



O "Perfil dos Dirigentes Sindicais da Grande São Paulo" é resultado de uma pesquisa em 60 sindicatos da capital. Seu objetivo é analisar a personalidade dos dirigentes sindicais, a eficiência da administração sindical e a relação entre esses dois aspectos.

O estudo mostra que a maioria dos dirigentes tem um elemento em comum: sua origem rural ou do interior e sua ambivalência rural-urbana, sendo esta característica similar à da classe trabalhadora paulista em geral. Mas o estudo mostra também algumas grandes diferenças existentes entre os dirigentes o que impede considerá-los como um grupo homogêneo ou enquadrá-los numa classificação dualista e simplista, limitada à denominação de "pelego" ou de "esquerdista".

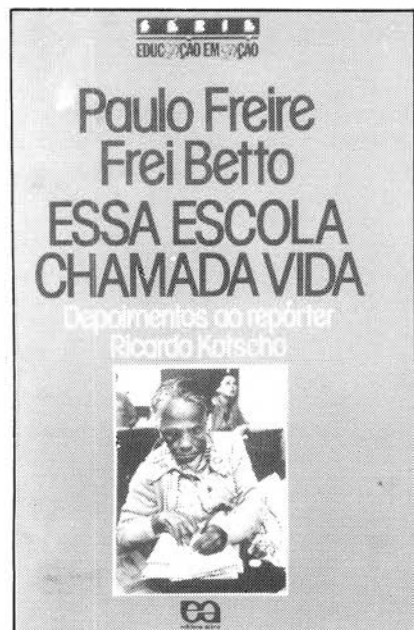
Numa sociedade de organizações, a luta dos trabalhadores passa necessariamente pela organização sindical, e numa sociedade industrial moderna, embora com conotações rurais fortes, o dirigente sindical, além de ser um líder, tem que ser, antes de mais nada, um administrador. Partindo desse enfoque, o estudo avalia a eficiência da administração sindical, abordando a

questão do continuísmo, questionando a eficiência dos mecanismos administrativos e a adequação dos programas de ação em relação às necessidades e expectativas dos trabalhadores.

A estrutura sindical atual, corporativista e atrelada ao governo, cumpre uma função política, ao mesmo tempo que limita a participação das bases e mantém o sindicalismo de cúpula. O posicionamento dos dirigentes sobre esse assunto serve de fator de definição ideológica e de política administrativa, particularmente no que corresponde à participação das bases e aos meios de comunicação com elas. Partindo dessa visão, procede-se, na pesquisa, a uma análise crítica da opinião dos dirigentes sobre a estrutura sindical atual e as consequências da mesma a nível operacional.

O estudo não apresenta sugestões ou recomendações sobre a administração sindical. Mas fornece a dirigentes e assessores tópicos de análise que podem contribuir para o estabelecimento de um sindicalismo de classe e de base, autônomo e de tipo autogestionário. Endereço do autor: Marcelo Grondin: Caixa Postal 1803, CEP 01000 São Paulo - SP.

Essa Escola Chamada Vida



Os depoimentos de Paulo Freire e Frei Betto ao repórter Ricardo Kotscho não têm, nem de longe, a característica de memórias. Nem Ricardo é memorialista (como repórter, está sempre garimpando a história, buscando o horizonte das transformações sociais), nem Paulo Freire e Betto são cidadãos aposentados que, sentindo a proximidade da outra vida, resolvem contar suas histórias, seus trabalhos. "Essa escola chamada vida", publicado pela Ática, mostra um momento de reflexão, descontraída e coloquial, de dois militantes dos movimentos populares brasileiros e que continuam mais militantes do que nunca.

Paulo Freire lembra muita coisa boa: a revolução do saber conscientemente crítico, nos sertões e cidades nordestinas, nas outras regiões brasileiras e no resto do mundo, sobretudo Terceiro Mundo. Em Angicos, no interior do Rio Grande do Norte, a crônica da experiência Paulo Freire registra que o delegado local não queria deixar que os

presos saíssem para os círculos de cultura. A solução foi fazer do presídio um espaço de liberdade e reunir, no círculo, soldados e presos. A marca registrada desse pernambucano pode ser encontrada em lugares tão distintos como as bibliotecas de Harvard e Lovaina e o quarto de dormir de um camponês peruano.

Frei Betto lembra, também momentos centrais de nossa história recente: a opção dos dominicanos, a solidariedade com os povos da América Latina, a caminhada das Comunidades Eclesiais de Base, a militância dos escritos, das conferências e do trabalho na Pastoral Operária, entre outros.

Por tudo isso, é oportuno acompanhar o testemunho dos três companheiros. O livro foi lançado recentemente, em São Paulo, no Sedes Sapientiae (outro marco de nossa história de resistência) com o auditório lotado. Endereço da Ática: Rua Barão de Iguaçu, 110, São Paulo. (D.A.)

A Plenitude da Terra

Edin Sued Abumanssur

Na Bíblia, a posse da terra é um direito do camponês à vida plena. É o que se depreende da leitura de Levítico capítulo 25: a legislação agrária do Pentateuco. Este texto procura assegurar ao trabalhador rural o seu acesso aos meios de subsistência. A terra é um meio de vida e ela pertence, por herança do Senhor, ao homem do campo.

Israel se formou em torno de uma promessa: a terra que mana leite e mel. A promessa da terra era uma tradição muito antiga, transmitida de geração em geração, ampliando os seus limites até tornar-se patrimônio dos hebreos que chegaram a Canaã proclamando e cobrando a propriedade da terra prometida por Yavé. Israel se forma quando os portadores da promessa encontram em Canaã uma revolta camponesa contra o poder opressor dos militares estrangeiros que dominavam as cidades-estados.

Um novo projeto de vida vinha junto com a promessa, uma nova estrutura social estava em gestação: a terra não seria mais objeto de compra e venda pois ninguém mais possuiria a propriedade particular da terra: ela pertencia ao Senhor: "... também não será vendida em perpetuidade, porque a terra é minha". (Lv 25:23). A propriedade passava a ser comunal, e quando, por razões de dívida, o camponês precisasse abrir mão de sua terra, ao cabo de 50 anos ele a teria de volta pois ela lhe pertencia por direito. (Lv. 25:28).

O uso da terra, segundo Levíticos 25, é social, isto é, o interesse da comunidade, dos pobres principalmente, estava acima de qualquer usufruto particular. Esse é o núcleo da preocupação ética no tratamento do tema: "... a no-



vidade do sabbado da terra vos será por alimento, a ti, e ao teu servo, e à tua serva, e ao teu jornaleiro, e ao estrangeiro que peregrina contigo". (v.6). Em nenhum momento vemos a terra sendo tratada como objeto de especulação ou como mercadoria pois "... toda a sua novidade será por alimento". (v.7). A terra deveria ser entendida pelos hebreos, e pelos demais camponeses que juntamente com eles tomaram posse de Canaã, como dávida de Yavé da qual eles eram mordomos e não proprietários: "porque a terra é minha".

Deste texto de levíticos, portanto, é possível extrair algumas conclusões:

a) a terra era um tema ligado diretamente à vida. Poder usufruir dos benefícios da terra era uma questão vital numa sociedade agrária onde o centro de toda vida social era referida ao campo e dele dependia a subsistência das cidades.

b) a terra não era de propriedade particular de indivíduos. Pertencia a

uma família ou uma tribo.

c) a terra era de uso social. Ninguém deveria ser oprimido por não possuir uma "herdade". Todos tinham direito aos frutos da terra.

d) a terra não poderia ser usada como mercadoria para especulação pois ela pertencia ao Senhor. A finalidade da terra era a produção de alimentos.

e) a terra era de quem nela trabalhava. A formação de Israel se deu em meio a uma revolta de camponeses, por eles e para eles a legislação agrária do Pentateuco foi formulada. Para que isso fosse uma realidade efetiva nasceu a idéia do ano sabático e do ano do jubileu quando as terras deveriam voltar aos seus legítimos donos (v. 39,40).

Hoje, quando a discussão da Reforma Agrária empolga e apaixona o país e nos envolve a todos, esse texto de Levíticos ganha extrema atualidade. Ainda que esteja muito distante o dia em que os valores cristãos permearão as discussões governamentais é importante que a Igreja tenha em seu horizonte, ao tratar do tema, a forma como os legisladores bíblicos o trataram. A perspectiva bíblica é a dos despossuídos e empobrecidos, é a perspectiva dos deserdados da terra pois:

"Do Senhor é a terra e a sua plenitude, o mundo e aqueles que nele habitam" Salmo 24:1

ACONTECEU ESPECIAL

Trabalhadores Rurais 1980.....	Cr\$ 5.000
Trabalhadores Urbanos 1980.....	Cr\$ 9.000
Trabalhadores Urbanos 1981.....	Cr\$ 9.000
Trabalhador Rural 1981.....	Cr\$ 9.000
Fiat 1981.....	Cr\$ 5.000
Povos Indígenas no Brasil/81.....	Cr\$ 9.000
Povos Indígenas no Brasil/82.....	Cr\$ 9.000
Povos Indígenas no Brasil/83.....	Cr\$ 20.000
Povos Indígenas no Brasil/84.....	Cr\$ 40.000

Faça seu pedido através de cheque nominal para o CEDI

Edin Sued Abumanssur é pastor da IPU, Igreja Presbiteriana Unida, formado em Ciências Sociais e membro do Programa de Assessoria à Pastoral Protestante do CEDI.

Rubem Alves

LITURGIA (2)

Gestos.

Sara fez pães.

Abraão, um berço.

Coisas tão parecidas.

Pão e berço nascem do trabalho.

Pão e berço são filhos das nossas mãos.

E, no entanto, são seres de mundos diferentes.

O pão de Sara era pão, simplesmente pão. Coisa boa para o corpo.

Todos o entenderiam.

Até mesmo um cachorro faminto: furtou o pão com que se celebraria a eucaristia. E as formigas, famintas sobre as migalhas. Também os peixes e os gansos do lago. O pão que se come não pede explicações.

Talvez que só os mendigos sentiriam diferente. O pão recebido como esmola teria um gosto parecido com o filho esperado...

Mas aquele berço que saía das mãos de um homem velho, que coisa mais estranha, enigma... E os vizinhos pensavam que o velho Abraão chegara, enfim, à caduquice. E riam com tristeza e amor. Não só os músculos que ficam flácidos. Também a razão. E agora, ela que fora forte bastante para guardar os sonhos no seu lugar - o sono, a canção, a confiança - perdia o senso do real. Tudo era sonho. E no mundo onde tudo é sonho tudo é possível, pois os sonhos são mágicos, onipotentes, enviados dos deuses que podem sempre tudo o que desejam. Pois é, lá estava o velho Abraão, construindo o berço de um filho que morava nos seus sonhos, e que de lá haveria de vir. Quem diria que os sonhos podem engravidar as velhas? Quem diria que o vento pode engravidar as Virgens? Era certo que Abraão não morava no mesmo mundo que Sara, embora seus corpos se tocassem, à noite. Abraão morava no futuro e aquele berço era um fragmento de um tempo que ainda não chegara, prenúncio de risos, aperitivo de celebrações. Ele via o invisível, vivia no ausente, pois era lá que viviam os seus desejos. Quem come o pão engorda com o presente. Mas Abraão se sentia grávido com o futuro: seu pão era diáfano como o arco-íris, fluido como o vento e tinha o gosto impossível do cheiro de jasmim. Berço, hieróglifo indecifrável, enigma, poema de um outro mundo...

Sara, esposa boa e sensata, pés solidamente no chão, como gostaríamos que fosse a esposa de nosso filho.

Um pão: farinha, ovos, leite, fermento. Receitas transmitidas de geração em geração. Testadas e provadas. Dão certo. Ali, na cozinha, a repetição de gestos já acontecidos milhares de vezes. O corpo dança, as mãos se movimentam, a atenção dos olhos, do nariz, da língua. É importante não se distrair.

É no agora que se gera o depois.

Se o corpo se distrair agora, não haverá pães para se saborear depois...

Justificação pelas obras: com o meu trabalho construo o mundo.

É assim que aquele que planta a terra,

o pedreiro que faz a casa,

o barqueiro que guia o barco,

o enfermeiro que dá o remédio,

os esposos que geram um filho,

o revolucionário que inaugura um tempo.

Sempre do mesmo jeito, da cozinha à política:

gestos/meios para fins distantes: as mãos farão o pão, construirão a casa, buscarão a margem, darão a vida, acolherão o filho, abrirão o amanhã. Agora, tempo vazio, o futuro ainda não chegou, há só o calor do fogo do forno, suor, sangue, eterna vigilância...

Sara, mulher sensata.

Prática.

Praxis.

Agudo senso do real.

Análise de conjuntura: quais os limites do possível?

Avaliação dos meios disponíveis.

É preciso partir da carência, da falta, da fome.

Ah! Mas isto não basta...

Há fomes por frutos que só crescem nas árvores proibidas do paraíso, por comidas mágicas que só caem no deserto, desejos de arcos-íris, carências de mães Pietá... Ah! Para os nossos desejos não há limites... Teríamos de ser como os deuses...

E a boa Sara sabia disto.

Também ela queria um filho.

Mas só lhe era possível fazer pães.

O presente é como a mulher.

Há gravidezes que não podem crescer em seu ventre.

Então, restam os pães...

Os antigos acreditavam que Deus para falar, trata primeiro de apagar um pouco a realidade, pois que é para isto mesmo que ele fala: para que o que é deixe de ser e o que não é venha a ser. Por isto que ele aparece nos sonhos... Um pouco de loucura ajuda a ver com mais clareza. Mas, pobre Sara, era boa demais, sensata demais para se abandonar ao sonho e à loucura. Era preciso que o seu deus coubesse dentro da cozinha. Imagino que ela bem que poderia ensinar ética, ou técnica, ou política:

Qual é o desejo? (É importante que o desejo seja domesticado e vagaroso, para que o possamos agarrar com as nossas mãos e alcançá-lo com nossas pernas).

Que é que podemos fazer? (Avaliar o quanto podemos saltar, para não cairmos no abismo. O preferível é pular amarelinha ou saltar corda. Pelo menos não há perigo. É mais seguro se fazer um pão que se gerar um filho. Há sempre o perigo de um filho se transformar numa nuvem...)

E, sobretudo, que todos compreendam.

Um filho na velhice = uma fornada de pães.

Multiplicação de pães = redistribuição de propriedade.

Ressurreição = A justiça social.

Pães, propriedade, justiça social: todo mundo entende, é coisa racional. E é coisa que podemos, se fizermos força. Com um pouco mais de exortação e entusiasmo chegaremos lá...

Boa Sara. Mulher sensata.

Onde foi que aprendi tanta coisa a seu respeito?

Eu a conheço muito bem. Mora bem aqui dentro.

Já Abraão é velho caduco.

Sara amassa a massa a fim de fazer seus pães.

Mas Abraão não conhece esta palavra, "afim de".

Quando perguntado, respondeu:

"— Não faço nada a fim de ter um filho.

Por que faço o berço?

Mas vocês não viram que meu filho não caminha do presente para o futuro, mas vem vindo do futuro para o presente?"

E aquele berço, estranhamente, parecia ser uma coisa que vinha de um outro tempo, ainda não chegado...

Sara era mulher prática, pés no chão. Fazia pães.

Abraão era sonhador, morava num outro tempo.

Sacerdote. Fazia liturgia.

No seu berço se aninhava um outro tempo.

Daí a diferença:

Sara ria, por causa do ridículo.

Mas Abraão sorria, por causa da esperança.



O MAIOR DE TODOS OS MILAGRES

Sérgio Paulo N.T. Braga

Quando o Sonho e
a Esperança
São acrescentados ao trigo do pão
Acontece o milagre
o milagre da multiplicação:

A multidão,
Antes amedrontada, silenciosa, submissa,
Se descobre como Nação e
Tem fome e sede de justiça
O pouco compartilhado
Se torna mais que suficiente:
O que se alcança
É vida abundante, prometida, abençoada,
É a redescoberta do Deus presente,
do Sonho,
da Esperança.

Quando o Sonho e
a Esperança
São acrescentados ao trigo do pão,
Quando o pouco é compartilhado
Na angústia,
No sofrimento,
Na perseguição,
Na certeza de Deus presente
Se cumpre a promessa de Libertação:
Nunca mais o Egito,
Nunca mais a Escravidão!

É quando o compromisso
Deixa de ser palavra, falácia:
Faz parte do pão,
dos atos,

É alimento dividido, compartilhado,
Respiração, tato, contato, compaixão,

É a insistência em permanecer
Sonhando com um
Novo Mundo,
Com uma Nova Terra
(por maior que seja o deserto e
os poderes do Faraó),

A insistência de
Esperar pelo Senhor,
De confiar e desafiar
compartilhando o pouco,
Um pouco do pão escondido,
Um pouco de tempo,
de dedicação,
de disponibilidade,

E, sobretudo,
Um pouco de amor
(o maior de todos os milagres!).